

Universidade Estadual de Londrina

FERNANDA CRISTINA BARROS NEVES

DO INCORPÓREO AO MANIFESTO: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS E O (RE)CONHECIMENTO DE SI NO COLETIVO

Londrina
2024

FERNANDA CRISTINA BARROS NEVES

DO INCORPÓREO AO MANIFESTO: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS E O (RE)CONHECIMENTO DE SI NO COLETIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2: Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

N518d Neves, Fernanda.
Do incorporeo ao manifesto : narrativas de mulheres negras e o (re)conhecimento de si no coletivo / Fernanda Neves. - Londrina, 2024.
80 f.

Orientador: Alexandre Bonetti Lima.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Tese. 2. mulheres - Tese. 3. negras - Tese. 4. coletivo - Tese. I. Bonetti Lima, Alexandre . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

FERNANDA CRISTINA BARROS NEVES

DO INCORPÓREO AO MANIFESTO: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS E O (RE)CONHECIMENTO DE SI NO COLETIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2: Psicologia Social e Processos Institucionais.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____

Profa. Dra. Flávia Fernandes de Carvalhaes
Componente da Banca do PPGPSI Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____

Profa. Dra. Alejandra Astrid León Cedeño
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 24 de Maio de 2024

Essa dissertação não seria possível sem minha avó – Maria das Dores Silva - in memoriam - em mim Aos meus pais que são a lembrança da dedicação e força e todos aqueles que caminham ao meu lado, e que me lembram de construir pontes

AGRADECIMENTO (S)

Quando entrei na universidade não sabia ao certo como seria, eu tinha um sonho e uma vontade imensa de alcançar um lugar que até então não sabia qual era, e talvez ainda esteja buscando saber. Só sabia de uma coisa, e hoje depois dessa pesquisa faz ainda mais sentido pra mim, queria honrar a minha família e queria poder dizer para minha avó que o sonho dela que ficou silenciado por mais de 60 anos estava sendo realizado na sua terceira neta, E queria que minha mãe e meu pai tivesse a chance de poder dizer que tem uma filha em uma faculdade pública. Não sabia de fato o que eram títulos acadêmicos, mas eu queria estudar para poder ajudar meus pais, meus irmãos e quem mais estivesse ao meu lado. Essa dissertação é fruto de muita dor, incerteza, medo, frustração, mas também é a certeza de que honro minha ancestralidade cravada em mim, honro as minhas avós, minha mãe, meu pai, e aqueles que estão comigo nessa caminhada. Agradeço e honro a minha avó Maria das Dores que naquela sexta feira após a minha aprovação no vestibular fez um jantar em sua casa construída com seu suor, lágrimas, alegrias e potências, e me contou que seu sonho era fazer psicologia, e me acompanhou em corpo e memória por toda a minha graduação, pela decisão em fazer o mestrado e na conclusão dele. Agradeço e honro aos meus pais Márcia e Vanderlei por nunca desistir de mim, por não desistir de criar 4 filhos mesmo a sociedade dizendo que era/é um absurdo uma família pobre ter tantos filhos. Agradeço aos meus irmãos João, Luís e Isys, minha cunhada Ângela, e as minhas sobrinhas Valentina e Isabelly por ser quem eu olho e me inspiro a fazer o hoje para que elas possam ter um amanhã melhor que o meu, para que a universidade seja tão preta quanto a nossa família e que elas possam se sentir parte de algo que é sim pra elas, caso elas queiram. Agradeço a vida de cada um dos meus amigos que são parte fundamental da minha trajetória, que constroem junto comigo cada pedaço disso aqui, nas trocas, nas 6 caminhadas e nas potências que cada um carrega consigo vindo de lugares tão

diferentes. Agradeço ao meu companheiro Gabriel que me encontrou no início dessa caminhada, e vem tecendo comigo um caminho totalmente diferente desse aqui, me lembrando de que a Fernanda acadêmica não é o todo, que me ajuda a respirar em meio a tantos suspiros e soluços. Agradeço ao Bangtan por contar suas histórias através da arte e me impulsionar a contar a minha com coragem, amor e beleza. Agradeço e honro aos professores Alejandra, Flávia e Alexandre que caminham comigo, me impulsionam não só na trajetória acadêmica, mas que deixam em mim seus pedaços mais humanos. Agradeço a Liduína e as mulheres do ciranda por me acolher, me ensinar e me permitir conhecer. Agradeço e honro a Deus por ser quem sempre está comigo, por plantar em mim o sonho de ser alguém que ama, e por me permitir estar com quem também me ama, por confiar a mim a missão de ser uma fazedora de ideais, de cuidado e de amor. Agradeço por sempre me abraçar em dias turbulentos através da vida dos meus, e por me lembrar através do Yoongi de ‘que eu posso contar minha história com menos raiva e dor" (Agust D - 2023).

Neves, F.C.B (2024). Do incorpóreo ao manifesto: narrativas de mulheres negras e o (re)conhecimento de si de coletivo (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A pesquisa em questão visa explorar o potencial das narrativas de mulheres negras como agentes de empoderamento não apenas para outras mulheres, mas também para indivíduos em seu entorno. Utilizando a metodologia de escrevivência, desenvolvida por Evaristo Conceição e outros autores decoloniais, o estudo adota uma abordagem de pesquisa participante com base teórica na pesquisa qualitativa. A análise busca compreender como essas narrativas podem desafiar estruturas de poder e contribuir para processos de transformação social.

Palavras-chave: Mulheres 1. Negritude 2. Coletivo 3. Reconhecimento 4. Narrativas 5.

"Neves, F.C.B. (2024). From the Incorporeal to the Manifest: Narratives of Black Women and the (Re)cognition of Self in the Collective. Xx sheets. (Masters Dissertation in Psychology). State University of Londrina, Londrina."

ABSTRACT

The research in question aims to explore the potential of narratives of Black women as agents of empowerment not only for other women but also for individuals in their surroundings. Utilizing the methodology of "escrevivência," developed by Evaristo Conceição and other decolonial authors, the study adopts a participatory research approach with a theoretical basis in qualitative research. The analysis seeks to understand how these narratives can challenge power structures and contribute to processes of social transformation.

Keywords: Women 1. Blackness 2. Collective 3. Recognition 4. Narratives 5.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1

1.1 Matriz histórica e processo de decolonialidade 15

1.2 Colonialidade e o processo de construção de identidade do brasileiro

.....19

1.3 A Miscigenação e a questão racial 23

CAPÍTULO 2

2. 1 Necropolítica e Violência racial..... 30

2. 2 Interseccionalidade: uma colcha de retalhos..... 31

2. 3 Trilhando caminhos de resistência e ancestralidade: modos de viver e resistir

..... 35

CAPÍTULO 3

3.1 Vivendo de amor: escrevivendo através de cirandas 54

3 MÉTODO

3.1 Tecendo caminhos metodológicos com sentido..... 59

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1Tecendo narrativas descolonizadoras: a mulher negra e o reconhecimento de si no coletivo
..... 64

5 REFERÊNCIAS 78

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi pensada a partir dos incômodos da pesquisadora enquanto mulher negra brasileira ao perceber que seu corpo é marcado por diferentes camadas de histórias contadas a partir de um único olhar. Ao se deparar com o discurso de Chimamanda Adichie (2009) em que discorre sobre o “Perigo de uma história única -quando é confrontada com a realidade de que seu povo e sua imagem estavam entrelaçados a uma visão eurocêntrica deturpada da realidade vivida por ela e os pelos seus - a pesquisadora se identifica com o que é dito e se questiona sobre como as histórias sobre si e sobre os seus são contadas, e principalmente quem está disposto a ouvi- las, e de que maneira isso é feito.

O incômodo gerado não se restringe às teorias já postas no que diz respeito a colonialidade, mas busca compreender como as narrativas de mulheres negras pode contribuir para o debate sobre os processos de colonização, mas também como tais narrativas podem ser fortalecedores de identidades apagadas e silenciadas por esse processo. Kilomba em “memórias da plantação” (2009) discorre sobre a importância de trazer para a universidade e campos de saberes narrativas contadas a partir de quem as vivência, sendo fundamental essa construção a partir das vozes de pesquisadores e autores negros engajados em analisar como a decolonialidade se dá uma vez que vozes subalternas são trazidas para o campo das ciências tradicionais. Kilomba (2009) diz que essa deveria ser uma preocupação primordial da descolonização do conhecimento acadêmico, criando assim a produção de um conhecimento emancipatório alternativo.

O termo "incorpóreo" aqui sugerido será empregado como uma ferramenta para traçar um caminho que dê sentido à construção do entendimento do silenciamento como prática que transcende o que pode ser observado ou sentido.

Esta ferramenta se refere ao que é impalpável e imperceptível, especialmente quando os olhos desatentos são habilmente moldados, de modo a evitar que possamos enxergar ou

expressar aquilo que sentimos. No entanto, o incorpóreo se materializa a partir das invisibilidades, revelando-se em violências sistêmicas, caracterizadas a partir de padrões de discriminação, opressão ou injustiça que estão enraizados em estruturas e instituições sociais, econômicas ou políticas (Anzaldua, 2005). Essa forma de violência não é isolada, mas sim integrada e perpetuada por sistemas e políticas que favorecem determinados grupos enquanto marginalizam outros. A violência sistêmica pode manifestar-se em diversas áreas, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras (Anzaldúa, 2005).

Assim, o incorpóreo refere-se a ações, políticas ou normas que têm o efeito de suprimir, marginalizar ou invalidar vozes, experiências e perspectivas de determinados grupos ou indivíduos em uma sociedade. Essas práticas contribuem para a perpetuação da desigualdade, opressão e exclusão. Existem várias formas de práticas silenciadoras, e elas podem se manifestar em diferentes contextos, como social, político, cultural, entre outras (Anzaldúa, 2005).

O entendimento acerca das questões raciais no Brasil se dá a partir da elaboração de uma ideia velada, onde as questões a serem discutidas vão sendo desenhadas e contadas a partir da visão de sujeitos brancos. Dessa forma as discussões acerca da temática da racialidade são postas a partir de um olhar organizado para se enquadrar em padrões eurocêntricos, não sendo entendidas a partir da concepção de saberes outros, saberes esses que contribuem para o que poderia vir a ser elaborado e descoberto se contado a partir de uma perspectiva afro diaspórica, o que significa se apropriar das histórias vividas e encarnadas por pessoas não brancas, mais especificamente por povos africanos e sujeitos que vão contando e tecendo narrativas a partir das africanidades.

A partir do entendimento de que se faz necessário estudar negritude e racialidade com fundamento de uma formação emancipatória, uma vez que pessoas negras vivenciam e experimentam uma realidade diferente de sujeitos brancos, o estudo se dá por meio de um

referencial teórico e metodológico que seja capaz de colocar em evidência histórias e narrativas que são construídas na perspectiva do decolonialismo, sendo uma abordagem que descentraliza a narrativa europeia colonial - que se apropria de um conhecimento e o coloca a partir de uma visão sistema mundo capitalista, patriarcal, branca (Grosfoguel, 2016) - e parte para o desmonte dessas narrativas visando o fortalecimento de histórias e conceitos organizados por aqueles que foram subjugados, se apropriando de epistemes que incluam o pessoal e subjetivo como parte da composição deste trabalho (Kilomba, 2009).

Examinar essas narrativas a partir da decolonização não nos isenta de introduzir escritores que precedem essa perspectiva, pois assumimos um papel de discussão crucial para que seja possível contrapor e compreender como algumas perspectivas foram sendo inseridas ao longo dos séculos, e assim, desenvolve-se uma visão que compreende o processo de colonização como um processo de aniquilação e supressão de várias formas de identidades culturais e sociais que constituem os estudos acerca das africanidades e seus desdobramentos para compreender como essas narrativas foram sendo inseridas e elaboradas na realidade brasileira.

Essa forma de violência muitas vezes não é explícita, mas sim estrutural operando por meio de políticas, normas e práticas que perpetuam desigualdades e privilégios (Almeida, 2019). A discriminação sistêmica pode resultar em disparidades significativas nas oportunidades, recursos e tratamento entre diferentes grupos, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder desiguais.

hooks (2019) aborda a violência sistêmica em suas obras a partir de uma

perspectiva interseccional, considerando as interseções entre gênero, raça, classe social e outras formas de opressão. Ela argumenta que a violência sistêmica não se limita a eventos isolados, mas está enraizada em estruturas sociais e instituições que perpetuam a opressão.

Para hooks (2019), a violência sistêmica inclui uma série de práticas que oprimem grupos específicos, particularmente mulheres, pessoas negras e outros grupos marginalizados. Ela destaca como o patriarcado, o racismo e outros sistemas de poder interagem para criar um ambiente no qual a violência é normalizada e sistematizada podendo ser manifestada de diversas formas, incluindo a violência física, mas também a violência simbólica, psicológica e estrutural. Por exemplo, a representação negativa de certos grupos na mídia, a falta de oportunidades econômicas e as políticas discriminatórias são formas de violência sistêmica que ela analisa. A autora incentiva a compreensão de como a opressão opera de maneira interconectada e como é necessário abordar as raízes estruturais da violência para criar mudanças significativas em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

Dessa maneira, entende-se que é necessário estabelecer uma linha temporal em que serão analisadas as raízes históricas do racismo no Brasil, a fim de compreender as diversas camadas em que as narrativas coloniais foram incorporadas no território brasileiro, bem como os processos que fortaleceram a manutenção e construção de ferramentas que contribuem para o silenciamento e aniquilação do povo negro e de suas matrizes históricas originárias da África, e que perduram até os dias atuais. Percorrendo uma linha histórica que nos permita observar as formas de resistência que foram sendo criadas contra esses paradigmas fundamentados na colonização e extermínio.

O caminho a ser percorrido será fundamentado em autores que ancoram seus conhecimentos dentro da visão decolonial, que buscam trazer tais discussões para o âmbito das instituições, mas também para o cotidiano vivido e experienciado na pele, mais especificamente voltado para o olhar de mulheres negras que recontam suas histórias a partir do vivido e experienciado, em consonância com autores que buscam levar para os espaços de saber - antes ocupados majoritariamente por pessoas brancas , saberes ancestrais que questionam a violência

e silenciamento contra corpos negros e seus modos de existir, tecendo caminhos potentencializadores, traçando um caminho para o que deve ser manifesto.

CAPÍTULO 1:

Matriz histórica e processo de decolonialidade

Contrariamente à crença popular, o continente africano não apresenta homogeneidade ou uniformidade. Podemos observar nas conversas e expressões relacionadas ao continente africano que muitas pessoas ainda acreditam que a África é um único país. Essa ideia difundida e arraigada frequentemente está ligada à concepção de que todas as pessoas negras "são todas iguais" ou que a África é composta apenas por populações vivendo na pobreza. Novamente, isso perpetua a ideia de um bloco uniforme onde todos são iguais ou idênticos. No decorrer desse estudo está sendo reconhecida a importância de enfatizar que a África é, na verdade, um continente composto por múltiplas Áfricas, cada uma com uma enorme diversidade de estruturas sociais, políticas e culturais. É por isso que falamos, por exemplo, em Africanidades!

Ao estudar o continente africano e suas composições múltiplas, compreendemos que as formas de organização se davam de maneira distinta do que acostumamos a ouvir no senso comum, sendo possível entender que a partir dessas divisões cada sociedade se organiza da maneira que faz mais sentido. O processo de escravização e mercantilização dos corpos, processo esse modificado e apropriado pelos povos europeus, foi responsável pela mudança cultural de variados grupos, sendo observada uma construção onde esses mecanismos corroboram para a percepção e a elaboração de uma construção racial, que se dá como mecanismo de poder para a manutenção e dominação social a partir da diferenciação racial (Carvalho, 2014, p. 15).

Compreender a forma com que as sociedades africanas se organizavam nos ajuda a entender que a estrutura escravocrata não é algo descomplicado. O processo de colonização, formulado pelos europeus, afetou a constituição política e econômica das sociedades africanas; a comercialização de vidas negras impactou demográfica e culturalmente a organização destas mesmas sociedades. A colonização também alterou as relações entre os reinos e tribos dos territórios que foram apropriados e explorados.

As conjunturas do processo de dominação europeu vão sendo apresentadas de maneira branda, colocando os povos africanos como sociedades regidas por populações que careciam de inteligência, sendo colocados como sujeitos subalternos, sendo propagada a ideia de que seriam incapazes e com tecnologias ultrapassadas, quando estudos comprovam de que na verdade muitas das tecnologias de produção das colônias americanas são de origem africana (Pacheco, 2016). Assim, a construção dessas narrativas corrobora para que os saberes e relatos sejam contados a partir da visão eurocêntrica, onde o imaginário do dominador passa a ser tomado como verdade sobre as narrativas dos povos subalternizados. (Pacheco, 2016, p. 199).

Nesse caminho é preciso lembrar que o processo de colonização é um dos maiores responsáveis pelo processo de apagamento da memória e dos saberes africanos. Pois se apropriam dessas memórias e narrativas, transformando-as de maneira a modificá-las a ponto de não se sabe ao certo onde se começa e para onde se constroem novas visões como centro mundo, pautando apenas como se os saberes europeus fossem os que fazem sentido e fossem os únicos providos de inteligência. Esse processo também produz um silenciamento de sociedades que visam desconstruir essas formas de contar a história, pois as oprimem através do desmembramento de suas potencialidades.

O processo descrito compõe o que conhecemos a partir da historiografia como diáspora africana, que apresenta à imigração forçada de milhões de africanos para os territórios da América. Essa parte da história nos mostra um dos mais violentos capítulos do sistema

capitalista. Os navios negreiros capturavam e forçavam as pessoas a sair da sua terra originária, os levando forçadamente para longe de significados e significantes de sua cultura (Silvério & Trinidad, 2012).

A saída de seu local de origem de maneira forçada, os levava a conviver com diferentes povos, línguas, ou passos e costumes, o que contribuía para a formação de novos modos de fazer, pensar e agir. Quando se trata de Brasil podemos identificar que esses arranjos culturais, políticos e tecnológicos diversos, teceram caminhos ligados à ancestralidade da herança africana. Muito do que conhecemos hoje é fruto dessa elaboração feita por esses povos, e elas compõem parte significativa da cultura brasileira, que é fundamentada e constituída pelas africanidades herdadas da população escravizada, que formaram maneiras de existir e de resistir ao domínio colonizador, usando de mecanismos estratégicos para intensificar os laços com sua origem identitária por meio de traços culturais, como a música, a religiosidade e a língua (Malavota,
2013).

Para se pensar a diáspora africana, é preciso considerar: o apresamento em África, a travessia do Atlântico, o desenraizamento, a inserção violenta num novo contexto, com um idioma hegemônico desconhecido e muitos idiomas africanos convivendo, de modo a dificultar a organização e resistência das pessoas; a luta cotidiana para viver e sobreviver a partir da criação de novas construções de identidades e de pertencimento. Áfricas e suas populações estão relacionadas às diversas regiões e sociedades de outros continentes de maneira indissociável, pois os inúmeros deslocamentos populacionais, sendo eles forçados ou não, corroboram para um grande locomoção populacional, criando novas visões de mundo e contribuindo para a expansão de novas formas de viver a vida por parte desses sujeitos e seus descendentes (Malavota, 2013, p. 282).

Sendo assim, a diáspora africana não pode ser compreendida apenas como o seu sentido exato: como um processo de imigração forçada. Mas a sua concepção se dá a partir de sentidos amplos, pois a resistência cultural, tanto física quanto política, constitui uma profundidade no que diz respeito às relações sociais e identitárias, que ao falarmos de Brasil, se dá a partir de outros marcadores, por ter sido o território com o maior número de africanos escravizados e ter se construído a partir da ideia de uma supremacia branca, eurocentrada. Ao pensarmos na diáspora africana precisamos dar atenção que a cultura é um processo, ela não é estática, movimenta-se e se rearticula aos novos elementos e contextos que encontra pelo caminho de sua história; por isso, ao chegar às terras americanas, mesmo arrancados de suas raízes pela escravização violenta de seus corpos, os povos africanos reinventaram suas identidades e ressignificam suas existências, sendo feitas através do agrupamento com diferentes povos, criando esperança ao pensar em formas de resistência e fortalecimento de novos vínculos. Esse processo se faz importante porque dá novos significados à sobrevivência desses povos que foram sequestrados de seus locais de origem (Malavota, 2013).

Dessa maneira, algumas populações como os cabindas, minas, benguelas, angolas e outras etnias tentaram perpetuar parte de suas identidades originais, resistindo à homogeneização imposta pelo colonizador. Dessa forma, se originalmente o conceito de diáspora traz o significado de uma dispersão forçada que carrega consigo a expectativa do retorno ao lar e às origens, na diáspora africana "ela representa um processo de redefinição cultural e histórica do pertencimento, implica, para além do deslocamento, mudança, transformação" (Malavota, 2013, p. 284).

Como elencado, procuramos compreender os estudos e processo dessa pesquisa a partir da perspectiva decolonial; sendo assim, a compreensão do conceito de diáspora africana apresentada aqui parte desse viés, pois procura compreender esse processo a partir do olhar das populações africanas e não dos colonizadores, rompendo com a ideia de diáspora enquanto

busca por um retorno e a ressignificando como processo identitário, mostrando as diferentes africanidades e não mais como um bloco.

Colonialidade e o processo de construção de identidade do brasileiro

Ao longo da história, diversos teóricos se esforçaram para conceber e explicar a complexa questão da identidade mestiça do brasileiro, e entre esses pensadores destacou-se Sérgio Buarque de Hollanda. Em sua obra "Raízes do Brasil," o renomado historiador desencadeou um debate que perdura até os dias atuais: a formação da sociedade brasileira e a singular identidade de seu povo mestiço (Schwarcz, 1995).

A pesquisa de Sérgio Buarque transcende a análise dos aspectos culturais, abordando de forma proeminente as estruturas políticas e econômicas, especificamente como o sistema europeu se adaptou às terras da América Latina, notadamente o Brasil. Para o autor, a natureza agrária da sociedade brasileira foi superada a partir da Abolição, que ele considerava como a única revolução genuinamente brasileira. Isso porque a Abolição desmantelou as bases nas quais a oligarquia colonial estabelecia sua hegemonia política e econômica (Candido, 1990, p. 18).

Sérgio Buarque não se propôs a criar uma identidade brasileira estática, pois, em sua visão, a identidade está em constante evolução e é intrinsecamente complexa, repleta de contradições. Em vez disso, o objetivo do historiador era compreender os elementos que contribuíram para a construção dessa identidade em constante mutação. "Raízes do Brasil" apresentou uma perspectiva inovadora para a compreensão das instituições e do Estado brasileiro, escrito na década de 30, em um período marcado pelo surgimento de teorias identitárias e raciais que promoviam o embranquecimento. O historiador lançou um olhar

singular sobre as relações entre os interesses da oligarquia e a estrutura econômica do país, herdeira do sistema colonial.

Hollanda (1995) analisou as forças políticas e econômicas que atuaram de forma estrutural na formação da cultura do país, oferecendo uma compreensão mais profunda dessa dinâmica de transformação e conservação que permeia a sociedade brasileira. Seu objetivo não era atribuir uma identidade fixa ao brasileiro, mas sim fornecer uma explicação para entender o tecido social do Brasil, uma espécie de "história das mentalidades." É importante observar que o autor não escapou de uma visão eurocêntrica e evolucionista, já que suas análises frequentemente buscavam identificar os elementos que contribuíram para a caracterização do Brasil como uma nação considerada atrasada em comparação com a Europa. Um de seus conceitos mais elaborados é o de "Homem Cordial". Para Sérgio Buarque, a cordialidade é uma síntese do passado colonial, no qual se formaram as raízes da sociedade brasileira.

O "Homem Cordial" emerge do culto à personalidade, em um contexto onde as estruturas hierárquicas coloniais dificultavam a organização social impessoal. Essa característica adaptável dos portugueses e o caráter privatista do processo de colonização rural compõem a essência da cordialidade.

Ao desenvolver o conceito de "Homem Cordial," Hollanda (1995) destaca que a sociedade brasileira é resultado de um passado colonial que se estruturou em torno de famílias patriarcais e escravistas, onde as relações pessoais e emocionais ultrapassaram a esfera privada, influenciando "o modelo predominante de qualquer organização social em nosso país." Portanto, ele sustenta que no Brasil, a ausência de espaços impessoais é uma característica essencial que afeta a construção de esferas públicas.

> No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade (Hollanda, 1995, p. 146).

A autoridade patriarcal proporcionou estabilidade à sociedade colonial, onde o ambiente doméstico se fundia com o público. Essa nostalgia por um quadro compacto e singular, onde as preferências baseadas em laços afetivos sempre prevaleciam, deixou marcas visíveis em nossa sociedade, na vida política e em todas as nossas atividades (Hollanda, 1995, p. 89). A estrutura dos engenhos e das casas grandes estendeu a organização da vida doméstica e familiar a outras relações sociais, desencorajando o distanciamento e a impessoalidade. O Senhor do engenho também era o senhor da casa grande, e essa proximidade simbiótica é o cerne da cordialidade.

Ambientes que normalmente seriam impessoais, como o local de trabalho, no Brasil, adotam uma dimensão de intimidade evidente. O patrão, o chefe, o senhor se torna o amigo, e as relações de poder são tratadas como relações de amizade. A cordialidade é a consequência dessa estrutura da família patriarcal e das relações de trabalho doméstico. O homem cordial é aquele que não consegue discernir entre o espaço pessoal e o impessoal, misturando relações de trabalho com relações de amizade, ou melhor dizendo, considerando-as essencialmente idênticas.

Segundo Hollanda (1995), o brasileiro evita estruturas disciplinadoras e abstratas, pois o homem cordial é intrinsecamente emocional. Portanto, "a falta de familiaridade com qualquer forma de convivência que não seja baseada em uma ética de fundo emocional é um aspecto da vida brasileira que poucos estrangeiros conseguem compreender facilmente" (Hollanda, 1995, p. 148). No entanto, o historiador não encarava essa característica sociocultural como positiva.

Para ele, a cordialidade impede o desenvolvimento de uma esfera pública, já que a predominância do emocional e do particular impede que os brasileiros transcendam em prol do bem coletivo. Em resumo, limita a construção de uma sociedade de bem-estar, fundamentando-se em uma visão clientelista e egoísta da sociedade.

Observamos, portanto, um contraste entre Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Enquanto, para o segundo autor, a sociedade brasileira representa uma harmoniosa fusão de antagonismos que promove a democracia racial, o primeiro autor enxerga as raízes coloniais como formadoras de um homem cordial contraditório, incapaz de separar o público do privado, resultando em conflitos sociais desarmônicos e sem benefícios evidentes. Ambos autores exploram o tema da miscigenação, com ênfase de Freyre no processo em si, e Hollanda (1995) concentrando-se nos resultados desse processo.

Notavelmente, em "Casa-Grande e Senzala", não há preocupação com as instituições ou o Estado, ao contrário de "Raízes do Brasil", que busca avaliar como essas estruturas se desenvolveram em uma sociedade mestiça.

A obra "Raízes do Brasil" continua suscitando reflexões sobre a formação do Estado brasileiro, especialmente porque a estrutura escravagista é apontada como uma explicação para as dinâmicas das relações sociais no Brasil. Além disso, a ideia do homem cordial é relacionada à democracia racial, um conceito que encobre o racismo e evita o enfrentamento direto das questões raciais. A cordialidade permeia as relações de poder, uma vez que é alimentada pela incapacidade de separar o público do privado.

É a cordialidade que resulta em afirmações emblemáticas como: "Não sou racista, tenho até amigos negros." Discutir, embora seja possível questionar muitas das concepções apresentadas em "Raízes do Brasil", sua maior contribuição reside na capacidade de suscitar reflexões sobre a profunda discrepância entre a realidade e a estrutura social.

A Miscigenação e a questão racial

A crítica que se faz não é à constatação de que somos um povo miscigenado. Isso é óbvio: a mestiçagem compõe nossa formação. A crítica está em como essa ideia foi esvaziada de problematização. O mito da democracia racial faz parecer que a miscigenação foi naturalmente construída, que somos um povo muito feliz e que por isso nos misturamos. Esse mito esconde um passado de grande violência, um passado que realmente explica a questão racial no Brasil e que fundamenta o racismo estrutural. Esta é a grande crítica à celebração da miscigenação: a ideia de democracia racial mascara a realidade das populações afrodescendentes e indígenas no Brasil, promovendo um racismo velado é muito difícil de ser identificado.

O Brasil, um país que nasceu justamente do encontro de culturas e civilizações, não pode se ausentar desse debate. O melhor caminho, a meu ver, é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade através das reivindicações de suas comunidades e não aquele que se refugia numa abordagem superada da mistura racial que, por dezenas de anos, congelou o debate sobre a diversidade cultural e racial no Brasil - vista apenas como uma monocultura e uma identidade mestiça (Munanga, 2015, p. 22).

Não podemos abordar a questão racial no Brasil sem apontar para essas relações de poder, sem constatar que a história de negros e indígenas no Brasil foi majoritariamente produzida por brancos abastados, cujos interesses ultrapassam a simples definição identitária e estão impregnados por questões políticas e econômicas de manutenção do status quo. O país foi construído com base na escravidão e os grandes autores como Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Raimundo Faoro e outros, segundo Jessé de Souza (2-15) , omitiram isso

No entanto, as identidades são construções simbólicas e plurais; por isso é possível construir novas identidades a partir dos elementos que compõem realmente de forma mais

complexa a história dos povos que constituíram o país, sob uma perspectiva multicultural, que evidencie a diversidade e valorize-a, pois uma identidade única e homogênea não existe e torna-se um simulacro capaz de produzir atrocidades, como o racismo. A identidade não pode ser interpelação; para ser autêntica, ela precisa se constituir em uma relação de identificação.

Falamos em racismo, em questão racial. Você já se perguntou o que é raça? Vamos falar brevemente, neste tópico, sobre a elaboração do conceito de raça. Originalmente, o conceito de raça surge para diferenciar os grupos humanos que possuem cor de pele diferente. A partir da observação dos elementos fenotípicos, o ocidente classificou toda a humanidade em três raças: branca, amarela e negra. Não satisfeita com a separação da humanidade, os pensadores e intelectuais europeus os intelectuais, pois todos pensamos mas quem criou essa matriz de opinião foi quem conseguia escrever e disseminar sua escrita hierarquizar as raças por critérios que julgavam essenciais para considerarem uma raça superior à outra. Surpreendentemente, a raça dos mesmos europeus, brancos, era a mais desenvolvida e apta na escala evolutiva que eles mesmos criaram. (Jesus, 2014)

O recurso da ironia nos serve para mostrar como o conceito de raça é uma criação política. A ideia de que existem seres humanos inferiores por uma determinação fenotípica serviu aos colonizadores europeus como legitimação da colonização, para a escravização de milhões de pessoas, o extermínio de civilizações inteiras (Maias, Incas e Astecas, por exemplo) e, no século XX, o Holocausto. O racismo se funda nessa ideia de superioridade e o conceito de raça está determinado pelas relações de poder.

Hoje, mais do que nunca, isso está muito evidente. Como o projeto de mapeamento do genoma humano demonstrou que entre os grupos humanos não existe uma diferença genética capaz de diferenciá-los ao ponto de criar subcategorias de uma mesma espécie. Ao contrário, esses estudos mostraram que podem haver mais semelhanças genéticas entre um branco norte europeu e um africano do que entre dois brancos norte europeus. Isso significa que a

concentração de melanina não define características intrínsecas de humanidade. Na verdade, a melanina possui uma função evolutiva (no sentido darwinista de evolução): a de proporcionar uma adaptação do indivíduo ao meio. Populações que historicamente habitam regiões mais ensolaradas possuem mais melanina para proteger a pele dos raios solares; populações das regiões menos ensolaradas possuem menos melanina para permitir a captação da vitamina D, essencial para a sobrevivência humana. Então, pela perspectiva da biologia, raça não existe! (Jesus, 2014).

Sendo assim, porque ainda continuamos a falar em questão racial e racismo? Essa terminologia ainda é utilizada, principalmente pelas ciências humanas, como categoria de análise, para que possamos compreender os processos históricos e sociais que envolvem a questão. O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudo científica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente (Munanga, 2015, p. 25).

Se reconhece a identidade brasileira como diversa e mestiça, mas não como única e hegemônica. Há que se cuidar para não voltarmos ao cinismo da democracia racial que mascara as relações de dominação engendradas pelo racismo. A escravidão morreu, mas se metamorfoseou em vários fantasmas. (Jesus, 2014, Pág. 33)

> Seja qual for a maneira conto se manifesta o racismo, o silêncio e a inação contra ele podem resultar na sua reprodução e na manutenção de violências físicas, psicológicas, sociais, econômicas e laborais que têm subalternizado pessoas negras e outros grupos étnicos (Jesus, 2014, pág. 33)

O racismo é um fenômeno complexo e profundamente enraizado na sociedade, sendo parte da construção de várias sociedades. Ele se manifesta de diversas maneiras e é caracterizado pela persistência de desigualdades sistêmicas com base na raça ou etnia, que

afetam significativamente a vida de grupos racialmente minoritários. O racismo não é um fenômeno novo, pois assim como vimos se remonta aos tempos coloniais, quando os europeus colonizaram outras partes do mundo, subjugando e explorando povos indígenas e africanos. Essa exploração deu origem a sistemas de opressão racial, como a escravidão, o colonialismo e o apartheid, que criaram as bases para a desigualdade racial estrutural que persiste até hoje.

A escravidão, como uma instituição que se baseava na noção de superioridade racial branca sobre as pessoas de ascendência africana. Mesmo após a abolição da escravidão, as estruturas econômicas e sociais continuaram a manter sujeitos negros em uma posição de inferioridade. O racismo enquanto estrutura política não se limita a atitudes individuais discriminatórias; ele está profundamente incorporado nas instituições e sistemas que moldam a sociedade. Isso inclui áreas como educação, habitação, emprego, justiça criminal e saúde. Podemos observar como esse fenômeno vai se moldando e permeando as diferentes camadas da sociedade e instituições.

Os sistemas de ensino são pensados para que haja escassez de recursos, falta de oportunidades, o que afeta a maneira a qual como os estudantes possam se desenvolver, sendo privados da possibilidade de acesso a recursos que os auxiliem no processo de autonomia, o que consequentemente os deixa fragilizados frente a sistemas educacionais onde não há falta de recursos, colocando-os em desvantagem. Essa falta de estrutura é pensada e moldada para criar desigualdades educacionais que afetam as oportunidades dos alunos estudantes que frequentam essas instituições de ensino precarizadas. Outra forma de segregação e discriminação de alguns corpos é a falta a moradia, onde podemos observar que a distribuição de recursos como saneamento básico, por exemplo, acontece predominantemente em bairros com maioria populacional branca, desfrutando assim de melhores recursos e acesso a serviços do que áreas habitadas por minorias raciais, neste país os brancos são minoria; acho que construíram e naturalizaram o conceito de serem maioria, ou melhor, universais e neutros, por ocuparem os

espaços de trabalho, escola, governo etc, ficando as chamadas minorias raciais em posição subserviente.

> Histórica e tradicionalmente as famílias negras têm em sua maioria vivido nos territórios com infraestrutura de serviços públicos irregular ou inexistente (Santos, 2013, pag. 48)

O racismo está intrinsecamente ligado às relações de poder em uma sociedade. Para entender essa conexão, é fundamental considerar os seguintes pontos. O racismo é baseado na crença na superioridade de uma raça sobre outras. Essa crença é historicamente moldada e usada para justificar a hierarquia racial, na qual algumas raças são colocadas em posições de poder e privilégio, enquanto outras são oprimidas e marginalizadas. Essa hierarquia cria desigualdades sociais e econômicas significativas (Almeida, 2019).

O racismo não é apenas um fenômeno individual; é um sistema de poder que permeia todas as instituições e estruturas sociais. Isso inclui o governo, a educação, o sistema de justiça, o mercado de trabalho e muito mais. Essas instituições muitas vezes perpetuam o racismo por meio de políticas discriminatórias, práticas de contratação preconceituosas e acesso desigual a recursos. Aqueles que pertencem à raça dominante em uma sociedade frequentemente desfrutam de privilégios automáticos, muitas vezes inconscientes. Isso pode incluir melhores oportunidades educacionais, tratamento mais justo pelas autoridades, maior representação na mídia e muito mais. Esses privilégios são negados a grupos racialmente marginalizados (Bento, 2022).

O racismo cria consequências profundas e duradouras para as comunidades racialmente minoritárias. Ele perpetua ciclos de pobreza, desigualdade e marginalização, limitando as oportunidades de vida; também se manifesta na forma como as pessoas são representadas na

mídia, na cultura popular e na retórica política. Estereótipos prejudiciais são frequentemente usados para justificar a marginalização racial, perpetuando a discriminação.

Autores decoloniais como Aníbal Quijano argumentam que o racismo no Brasil é intrinsecamente ligado à colonialidade, um sistema de poder que perdura mesmo após o fim do colonialismo. A estrutura racista brasileira é enraizada nas práticas coloniais de exploração, escravidão e marginalização das populações negras e indígenas. Frantz Fanon, em seu trabalho seminal "Pele Negra, Máscaras Brancas"(ed. 2020) explora como a colonialidade deixou cicatrizes profundas na psique do povo negro, levando a uma internalização do racismo.

hooks (2020), uma autora feminista negra, destaca o racismo estrutural como

uma característica definidora da sociedade brasileira. Ela argumenta que o racismo é evidente em todas as esferas da vida, desde o acesso desigual à educação e ao emprego até a violência policial direcionada principalmente contra jovens negros nas comunidades marginalizadas. Esse racismo estrutural perpetua a desigualdade e a injustiça.

Mbembe, em "A Crítica da Razão Negra,"(2017) introduz o conceito de "necropolítica," que descreve como certos grupos são submetidos à morte prematura e à violência sistemática. No Brasil, essa necropolítica se manifesta de maneira clara nas taxas de homicídio entre jovens negros, na brutalidade policial e na falta de acesso a cuidados de saúde de qualidade nas comunidades negras. Isso revela a maneira como o racismo não apenas marginaliza, mas também mata.

Os autores decoloniais nos lembram que o racismo não é apenas um conjunto de ideias preconceituosas, mas sim uma estrutura profundamente enraizada e sistêmica.

Eles nos desafiam a enfrentar o legado histórico do colonialismo, reconhecendo que o racismo está intrinsecamente ligado às estruturas de poder e privilégio. Para combater eficazmente o racismo no Brasil, é necessário não apenas reconhecer sua existência, mas também desmantelar as estruturas que o sustentam, criando uma sociedade mais igualitária e justa para todos. A

concepção de racismo como uma construção política, aprofundada por autores decoloniais brasileiros, revela a complexidade das dinâmicas raciais no contexto do país e desafia a visão tradicional de raça como uma questão meramente biológica ou individual. Autores como Fanon (2020), Abdias Nascimento (2016), Sueli Carneiro (2023) e outros têm contribuído para uma compreensão mais profunda do racismo como um fenômeno enraizado em estruturas sociais e políticas.

A decolonialidade enfatiza a necessidade de desconstruir os padrões eurocêntricos de pensamento que moldaram a visão convencional da sociedade brasileira. Autores decoloniais destacam como o colonialismo e o tráfico transatlântico de escravos não apenas exploraram economicamente as populações negras, mas também estabeleceram uma ideologia que justificava a desigualdade racial. A ideia de "branquitude" e "negritude" como construções sociais é central para essa abordagem. Autores decoloniais argumentam que essas categorias são social e politicamente criadas para manter a supremacia branca. Eles mostram como o racismo opera em várias esferas, desde o acesso desigual à educação, saúde e emprego até a representação nos meios de comunicação e nas instituições políticas.

Além disso, enfatizam a importância da resistência e da mobilização política como formas de combater o racismo sistêmico. Eles argumentam que a luta antirracista não deve ser apenas uma questão de conscientização, mas também de ação concreta para desmantelar as estruturas racistas e promover a justiça social. Em suma, a concepção de racismo como construção política, e uma análise crítica e profunda das dinâmicas raciais no país. Eles nos lembram que o racismo não é um acidente histórico, mas sim uma construção deliberada que requer uma resposta política igualmente deliberada para ser superada.

CAPÍTULO 2:

Necropolítica e Violência racial

A necropolítica e a violência racial são conceitos que se relacionam com a compreensão das dinâmicas de poder, opressão e discriminação, especialmente no que diz respeito às comunidades racialmente marginalizadas. A necropolítica é um termo cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2011). Ele descreve um conceito que se refere ao uso do poder estatal para controlar e administrar a vida e a morte das populações, especialmente aquelas consideradas descartáveis ou indesejadas pela sociedade dominante. Em vez de se concentrar apenas na política de preservação da vida (biopolítica), a necropolítica enfatiza a maneira como certos grupos são submetidos a formas sistemáticas de morte prematura e violência. Isso pode incluir, por exemplo, a negligência em fornecer cuidados de saúde adequados, a promoção de guerras ou conflitos em determinadas regiões, e a tolerância em relação à violência policial contra grupos específicos.

A violência racial refere-se a formas de discriminação, opressão e violência que são direcionadas especificamente contra pessoas devido à sua raça ou etnia. Ela pode se manifestar de várias maneiras, incluindo violência física, discriminação no emprego, acesso desigual à educação e oportunidades, estereótipos prejudiciais, assédio racial e muito mais. A violência racial está intrinsecamente ligada ao conceito de racismo, que é a crença na superioridade de uma raça sobre outras e a perpetuação de sistemas de poder baseados nessa crença. Quando se fala em "necropolítica e violência racial", está-se abordando como as estruturas de poder em uma sociedade podem ser usadas para subjugar grupos racialmente marginalizados, frequentemente levando a consequências devastadoras, como taxas mais altas de encarceramento, mortalidade infantil, desemprego e acesso limitado a recursos essenciais. Esses conceitos são fundamentais para compreender as lutas por justiça social e igualdade racial em

muitas partes do mundo e destacam a importância de abordar não apenas as manifestações individuais de discriminação racial, mas também as estruturas sistêmicas que perpetuam essa violência.

Interseccionalidade uma colcha de retalhos

A interseccionalidade é um conceito que tem ganhado destaque nas discussões sobre desigualdade social e justiça nos últimos anos. Embora possa parecer um termo complexo à primeira vista, sua essência reside na compreensão de que as identidades individuais não podem ser analisadas de forma isolada, mas sim em sua interação mútua. Em outras palavras, a interseccionalidade reconhece que somos todos feitos de múltiplas camadas de identidade, que incluem, entre outras, raça, gênero, classe social, orientação sexual e habilidades físicas. Essas diferentes dimensões de identidade não estão separadas; elas se entrelaçam e se sobrepõem, moldando nossas experiências de vida de maneira única (Akotirene, 2019).

Imagine a vida como uma tapeçaria intrincada, onde cada fio representa uma dimensão de identidade. Quando olhamos para um único fio, podemos entender parte da história, mas para realmente apreciar a complexidade da tapeçaria, precisamos observar como esses fios se cruzam e se entrelaçam. A interseccionalidade, portanto, nos desafia a reconhecer que as experiências de uma pessoa não podem ser reduzidas a uma única dimensão de identidade. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar formas diferentes de discriminação e desvantagem em comparação com um homem negro ou uma mulher branca. Sua experiência é moldada pela interação entre sua raça e gênero (Akotirene, 2019).

Além disso, a interseccionalidade nos convida a examinar de perto como as estruturas sociais, como o racismo, o sexismo e a homofobia, operam em conjunto. Essas estruturas não são independentes, e as pessoas que se encontram em pontos de interseção enfrentam desafios

específicos que não podem ser compreendidos apenas pela análise de uma dimensão de identidade. No campo da justiça social, a interseccionalidade desempenha um papel fundamental. Ela nos lembra de considerar todas as dimensões de identidade ao desenvolver políticas públicas, programas de igualdade e estratégias para combater a discriminação. Isso é crucial para garantir que ninguém seja deixado para trás e que as soluções sejam verdadeiramente inclusivas.

A interseccionalidade é um conceito amplamente discutido e aprofundado no âmbito dos estudos de gênero e raça, ganhando relevância significativa nas últimas décadas. Podemos entender a interseccionalidade a partir das contribuições de autoras negras brasileiras, destacando como suas vozes têm enriquecido o entendimento das complexas interações entre raça, gênero, classe social e outras dimensões de identidade. Autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene têm desempenhado um papel fundamental na promoção dessa abordagem no contexto brasileiro.

Gonzalez (2020), intelectual e ativista brasileira, é frequentemente reconhecida como uma das pioneiras na introdução do conceito de interseccionalidade no Brasil. Em suas obras, Gonzalez argumentou que as opressões não podem ser compreendidas de maneira isolada, mas sim como interconectadas e inseparáveis. Ela enfatizou que as mulheres negras enfrentam uma realidade única, sendo alvo de discriminação racial e de gênero simultaneamente, (Gonzalez, 2020, pag. 267). Também trouxe à tona a importância de reconhecer o papel das mulheres negras nas lutas sociais e na construção de uma sociedade mais justa.

Carneiro (2011), fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, contribuiu significativamente para a discussão da interseccionalidade no Brasil. Carneiro argumenta que as mulheres negras enfrentam uma tripla opressão: raça, gênero e classe social. Ela defende que as políticas de igualdade devem levar em consideração essas múltiplas dimensões de identidade.

Sua obra enfatiza a necessidade de combater o racismo estrutural e a invisibilidade das mulheres negras na sociedade brasileira.

A perspectiva da interseccionalidade, como desenvolvida por autoras negras brasileiras, oferece uma abordagem essencial para compreender as complexas experiências das mulheres negras no Brasil. Essa análise destaca como Gonzalez (2020), Carneiro (2011), Ribeiro (2019) e Akotirene(2019) entre outras, contribuem para a ampliação desse conceito no contexto brasileiro. Suas vozes continuam a inspirar debates e ações que buscam a promoção da equidade de gênero e racial, bem como uma sociedade mais inclusiva e justa. A interseccionalidade, como articulada por essas autoras, permanece como uma ferramenta crucial na luta contra todas as formas de opressão.

A Interseccionalidade é uma lente pela qual podemos entender melhor a complexidade das experiências humanas. Ela nos ajuda a reconhecer que somos todos únicos em nossa combinação de identidades e nos incentiva a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, onde essas diferenças sejam respeitadas e valorizadas. É uma ferramenta poderosa para a promoção da diversidade e da inclusão em todas as áreas da vida (Akotirene, 2019).

O ativismo e a resistência interseccional são abordagens e práticas que reconhecem a interconexão e a interdependência de diferentes formas de opressão, discriminação e desvantagem social, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras. Essa abordagem busca compreender como essas diversas formas de opressão se entrelaçam e se manifestam na vida das pessoas, muitas vezes amplificando o impacto da discriminação.

O ativismo e a resistência interseccional começam com o reconhecimento de que as identidades das pessoas são compostas por várias dimensões, e essas dimensões interagem para criar experiências únicas de opressão e privilégio (Anzaldúa, 2005)

O ativismo interseccional busca dar voz às pessoas marginalizadas e suas experiências únicas. Isso significa ouvir e valorizar as experiências de grupos historicamente oprimidos, que frequentemente são deixados de fora das conversas sobre direitos e justiça. A abordagem interseccional promove a solidariedade entre diferentes movimentos sociais, como movimentos feministas, de direitos civis, LGBTQ+, ambientalistas, entre outros. Isso ocorre porque reconhece que muitas formas de opressão estão interconectadas e, portanto, as lutas por justiça devem ser colaborativas.

O ativismo interseccional envolve uma análise crítica das estruturas de poder que sustentam a opressão e busca desafiar essas estruturas para criar mudanças significativas e duradouras. A interseccionalidade também enfatiza o empoderamento e o autocuidado das pessoas que estão envolvidas no ativismo. Reconhece a importância de cuidar de si mesmo e de criar espaços seguros para lidar com o impacto da luta constante contra a opressão. Dessa forma, compreender a interseccionalidade como instrumento de resistência, pois reconhece a complexidade das experiências de opressão e procura abordá-las de maneira atenta e inclusiva. Sendo fundamental para promover a justiça social, a igualdade e a inclusão.

Apesar das relações de poder que sustentam o racismo, muitas comunidades racialmente marginalizadas e aliados têm se mobilizado para combatê-lo.

Movimentos como o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e o Movimento Negro no Brasil (MNU) são exemplos de lutas contra o racismo e por igualdade racial. Gonzalez (2020).A desconstrução do racismo envolve reconhecer e confrontar as relações de poder subjacentes que o mantêm. Isso inclui a implementação de políticas antirracismo, educação sobre história racial e étnica e o apoio a medidas que busquem a igualdade racial.

Combater o racismo requer esforços em várias frentes. Isso inclui políticas públicas que visam corrigir desigualdades, educação e conscientização pública sobre o tema, bem como

mudanças nas atitudes e comportamentos individuais. É importante reconhecer que todos têm um papel a desempenhar na luta contra o racismo estrutural, pois somente com esforços coletivos podemos criar uma sociedade mais justa e equitativa para todos. O racismo é um problema complexo e multifacetado enraizado na história, que continua a moldar a vida daqueles que compõem mais da metade da população, sendo essa 54% dos que se denominam enquanto pretos e pardos. Esse dado nos alerta sobre a urgência das discussões do que são minorias sociais.

Trilhando caminhos de resistência e ancestralidade: modos de viver e resistir

> *Fogo!...Queimaram Palmares, Nasceu Canudos. Fogo!...Queimaram Canudos, Nasceu Caldeirões.*
> *Fogo!...Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher.*
> *Fogo!...Queimaram Pau de Colher... E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando*
> *Porque mesmo que queimem a escrita, Não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, Não queimarão os significados.*
> *Mesmo queimando o nosso povo,*
> *Não queimarão a ancestralidade. - Nego Bispo (2015)*

Para que possamos entender a importância de se estudar as narrativas contadas a partir das vivências de mulheres negras, precisamos retomar alguns passos históricos que

possibilitaram que hoje essa questão pudesse ser uma pauta a ser discutida não só no âmbito acadêmico, mas também nos mais diversos espaços de disputa de poder.

Dentro de sua obra "Colonização e Quilombos" (2015), Nego Bispo traça uma visão histórica das maneiras pelas quais as dinâmicas de poder são moldadas, delineando as disputas baseadas na percepção de superioridade de um grupo sobre o outro. Além disso, ele destaca como as motivações econômicas desempenham um papel central na perpetuação dessas relações.

Um ponto crucial levantado por Nego Bispo é o modo como a história do Brasil é frequentemente contada por meio da omissão de outras narrativas. Portanto, é compreendida a importância de adotar a história oral como uma metodologia de pesquisa, que visa dar destaque ao conhecimento embasado nas experiências das mulheres negras, com a intenção de ouvir e compartilhar histórias a partir de suas vivências.

O emprego do termo "história oral" é suscetível a diversas interpretações e representa um campo aberto ao debate entre historiadores de diversas correntes e perspectivas. As opiniões a respeito deste termo estão intrinsecamente ligadas a outros conceitos considerados em alguns momentos semelhantes, e em outros mais ou menos adequados, quando se discutem temas como memória, oralidade, fontes ou tradições orais, entre outros. As oportunidades de estudo e aplicação da história oral evoluem ao longo da história da disciplina como ciência, passando por avanços, recuos e diferentes fases. É possível adotar abordagens tanto cronológicas quanto metodológicas para a atual utilização da história oral. Existem defensores e opositores de diversas perspectivas em relação ao uso da história oral, e críticas e questionamentos sobre o valor e a credibilidade das chamadas fontes orais são constantes.

É evidente que o estudo da história evoluiu ao longo do tempo, expandindo seu campo de pesquisa à medida que se estabelecia como uma ciência. Este relato não tem a intenção de esgotar detalhes sobre a evolução da pesquisa histórica, mas sim de fornecer informações

básicas para contextualizar a história oral em seu estado atual. Desde tempos remotos, os seres humanos demonstraram o desejo de compreender suas origens e destinos. No entanto, ao longo dos séculos, uma visão eurocêntrica dominou e tornou-se predominante na concepção do mundo, sociedade, cultura, conhecimento e história.

Grupos considerados não letrados, minorias étnicas e excluídos foram muitas vezes marginalizados e considerados carentes de cultura. Suas experiências, desprovidas de registros escritos, frequentemente foram omitidas das narrativas históricas oficiais.

No entanto, a busca por respostas às inquietações humanas sempre foi uma constante, e em diferentes épocas e civilizações, cada grupo humano encontrou maneiras distintas de expressar suas indagações. Uma das primeiras formas de registrar essas inquietações é a história religiosa, frequentemente manifestada por meio do mito. Segundo Borges (2001, p.13), o mito é "uma forma de pensamento primitivo, com sua própria lógica e coerência, não sendo mera invenção ou ilusão."

Nessas sociedades, o mito serve como meio de transmitir oralmente os conhecimentos práticos do grupo, representando também uma maneira de aceitar uma verdade. A oralidade se destaca como o principal meio de transmitir mitos de geração em geração, com histórias passadas de boca a ouvido, mantendo viva a memória dos grupos. A transmissão oral do conhecimento não é uma prática recente; pelo contrário, remonta a tempos ancestrais em diferentes regiões, como na África, na Europa Medieval e nos Impérios Asiáticos.

A formação e consolidação de Estados Nacionais, juntamente com os avanços tecnológicos e as transformações sócio-políticas e econômicas, deram origem à criação de identidades nacionais. Isso também trouxe a necessidade de selecionar figuras proeminentes, sobretudo aquelas que representam os poderes políticos e econômicos, assim como os eventos que moldaram essa nova realidade. A história oral tornou-se uma ferramenta vital à medida que historiadores, ao examinar as narrativas nacionais, identificaram lacunas e omissões.

Testemunhos de muitos indivíduos foram frequentemente negligenciados em prol da valorização de uns poucos. Como resultado, muitos historiadores passaram a perceber sua responsabilidade em dar voz e reconhecimento a grupos que haviam sido marginalizados pela sociedade. A metodologia de pesquisa que envolve ouvir os protagonistas, registrar suas histórias e criar documentos representa a base da história oral.

Esse padrão se repete em todas as sociedades, mas em momentos críticos de violência, desordem social e política, bem como em períodos de crises econômicas, grupos e até mesmo sociedades inteiras veem suas histórias suprimidas. Nestas circunstâncias, o registro escrito ganha destaque em detrimento do testemunho oral na construção das narrativas coletivas e nacionais. Recentemente, experiências traumáticas só vieram à tona por meio dos depoimentos de indivíduos que foram protagonistas ou testemunhas da história, mas cujas vozes foram caladas. Alguns sobreviventes dos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial tiveram seus relatos documentados, preenchendo lacunas daquele período. No Brasil, o período da ditadura militar resultou no silenciamento de diversos grupos, muitos dos quais ainda hoje buscam resgatar suas memórias.

A Comissão da Verdade, estabelecida pela Lei 12528/11, desempenhou um papel crucial na apuração das violações dos direitos humanos durante a ditadura no Brasil. A coleta de depoimentos orais foi fundamental para romper com o silêncio que envolvia esse período da história. Essa iniciativa deu voz àqueles que haviam sido marginalizados pela história oficial, representando um exemplo de como a história oral pode resgatar as histórias dos excluídos.

A concepção original da história oral, conforme a visão de Joutard (1998), repousa sobre três fundamentos essenciais: dar voz aos marginalizados e esquecidos, revelar realidades que desafiam a descrição convencional e testemunhar situações de extremo abandono. Na sociedade contemporânea, o espectro dos excluídos, aos quais a história oral deve conceder voz, se amplia consideravelmente. Inclui os numerosos grupos de refugiados que buscam escapar de diversas

formas de opressão, bem como os grupos sujeitos a racismo e variadas formas de preconceito, como baseados em gênero, orientação sexual, etnia, religião, entre outros. A coleta de depoimentos orais, mesmo quando realizada por meio de entrevistas gravadas, carece de rigor metodológico e de uma responsabilidade documental para ser distinguida da mera oralidade. A última pode ser praticada por qualquer pessoa interessada em obter informações, sem, no entanto, transformar esse registro em um documento histórico. Portanto, é válido afirmar que apenas o registro de informações transmitidas oralmente, mediante o uso de uma metodologia que implique objetividade e permita uma análise crítica, pode ser considerado verdadeiramente história oral.

A história oral é uma presença constante na pesquisa histórica, suscitando contínuas discussões acerca de seu significado devido à diversidade de pesquisadores e abordagens. Muitos concordam que a história oral contemporânea ganhou relevância e se consolidou como uma metodologia amplamente adotada pelos acadêmicos com a introdução do uso de gravadores para registrar depoimentos orais. Apesar das críticas direcionadas à história oral, a maioria dos historiadores concorda que sua reintrodução e uso como método de pesquisa ocorreram ao longo do século XX. De acordo com os estudos de destacados pesquisadores, como Selau (2004, p. 218), essa reintrodução ganhou força após o término da Segunda Guerra Mundial e a descolonização da África. Isso coincidiu com a ascensão ao poder de grupos que anteriormente careciam de documentação escrita substancial. Embora as fontes orais tenham retornado ao uso de forma massiva, elas não foram prontamente reconhecidas pela comunidade acadêmica. Esse contexto marcou o início do debate contemporâneo sobre a validade do uso de depoimentos orais na pesquisa histórica.

Analisando seus trabalhos, Joutard (1996) identificou pelo menos quatro gerações de estudiosos reunidos em torno de duas correntes distintas. A primeira geração de historiadores, surgida nos anos 50 nos Estados Unidos, viu a ampliação do uso da história oral com a

introdução e popularização do gravador. Esses grupos estabeleceram revistas e promoveram seminários, difundindo a história oral para outros países. Eles focalizaram a narrativa histórica em torno de seus herois e tiveram como preocupação a coleta de materiais para as gerações futuras de historiadores. Nos anos 60, uma segunda geração de pesquisadores surgiu na Itália, composta por jornalistas, professores, feministas e não acadêmicos. Eles se posicionaram de forma militante e, em alguns casos, à margem ou em oposição ao mundo acadêmico. Sob a influência de antropólogos e sociólogos, essa geração buscou reconstruir a cultura popular. Para eles, a história oral não era apenas uma fonte complementar, mas sim uma "outra história", capaz de dar voz aos "povos sem histórias", como os iletrados, derrotados, marginalizados e minorias (Selau, 2004, p. 218).

A discussão acerca da história oral ganhou amplitude a partir de 1975, com a realização de encontros, seminários e o estabelecimento de revistas temáticas sobre o assunto em várias regiões, incluindo a América Latina, Europa e Estados Unidos. Uma característica notável dos trabalhos nesse período que se baseiam em fontes orais é que eles frequentemente assumem um caráter coletivo, tanto na vertente política quanto na antropológica. Foi nessa terceira geração que historiadores que anteriormente conduziam pesquisas isoladas com fontes orais começaram a se organizar em âmbito internacional. A década de 80 foi marcada por mudanças significativas nas esferas social, política e econômica, que proporcionaram o desenvolvimento de uma nova e dinâmica geração de pesquisadores na década de 90. Nesse período, eles contaram com o acesso a novas tecnologias que permitiram uma exploração mais aprofundada das fontes orais.

É interessante e, de fato, questionável notar que, ao abordar a história da história oral, suas metodologias e as possibilidades para áreas de pesquisa, o continente africano é frequentemente mencionado a partir da perspectiva do continente europeu, com o Magreb sendo a única região citada. Joutard (1996, p. 53), em sua análise histórica, faz referência ao continente africano a partir do tema migratório dos judeus sefarditas do Magreb, após seu êxodo da Argélia

seguindo a descolonização francesa. A história oral pode ser subdividida em duas correntes: uma com foco na ciência política e outra mais vinculada à antropologia. Na primeira corrente, destaca-se a gravação de depoimentos de figuras contemporâneas de relevância, especialmente aquelas ligadas aos âmbitos político e econômico.

Essas gravações servem como complemento a outras fontes e materiais disponíveis. A segunda corrente, mais próxima da antropologia, trata a entrevista como o próprio documento de pesquisa e engloba uma ampla gama de temas, desde questões relacionadas a minorias até a construção de identidades. Joutard (1996, p. 51) observa que, na segunda corrente, as pesquisas frequentemente se concentram em temas recorrentes como "o mundo do trabalho, os movimentos migratórios, a problemática de gênero e a construção de identidades".

É evidente que, mesmo em sociedades onde a escrita prevalece e a influência do positivismo exige um registro meticuloso dos eventos para validação, a oralidade continua a ser uma ferramenta importante. Muitos grupos utilizam a tradição oral para transmitir conhecimentos, preservar saberes e construir memórias e identidades. Ao trabalhar com testemunhos orais, o pesquisador se depara com uma fonte frequentemente questionada e alvo de críticas quanto à sua credibilidade e reconhecimento. Selau (2004) destaca algumas dessas críticas, incluindo a fragilidade da memória humana, a credibilidade da fonte influenciada por seu usuário imediato, os efeitos da construção desta fonte sobre o objeto de pesquisa, sua acessibilidade e sua aceitação como prova pela comunidade científica, bem como o acesso às fontes orais. Essas críticas estimularam debates sobre a memória e a questão da preservação, conservação e acesso aos arquivos.

No que diz respeito à memória, é importante destacar que, juntamente com seus elementos constitutivos, como eventos, personagens e lugares, ela desempenha um papel central no trabalho com fontes orais. Selau (2004, p. 220) argumenta que "a memória também é permeada pelos fenômenos de transferência e projeção, onde a memória de um grupo pode

entrar em conflito com a memória oficial do país, escolhendo eventos e datas diferentes para suas celebrações". O que determina a permanência de uma memória é o sentimento de pertencimento a um determinado grupo. A memória, nesse contexto, é seletiva, pois nem tudo é retido. Ela tem suas raízes no grupo social, mas também é uma construção em constante evolução, sujeita a flutuações, transformações e mudanças mediadas pelo presente vivido pelo grupo. Em resumo, a memória é uma construção do passado que permanece aberta e em constante evolução (Selau, 2004, p. 221).

Qualquer que seja o tipo de fonte utilizado na pesquisa histórica, é imprescindível que o historiador mantenha rigor científico e metodológico. Esse padrão de rigor também se aplica ao tratamento das fontes orais. É válido considerar a subjetividade dos depoentes, porém, mais do que contrastá-la com a objetividade, é enriquecedor compreender as diversas perspectivas que os contextos históricos específicos podem oferecer.

Os autores argumentam que as diferentes fontes de pesquisa não devem ser classificadas como superiores ou inferiores. Tanto as fontes orais quanto as escritas podem refletir a influência do grupo ou indivíduo que as produziu. Vale ressaltar que a espontaneidade dos depoimentos, muitas vezes sujeita a críticas, não necessariamente está contaminada por aspectos selecionados posteriormente.

Nenhuma fonte isolada é totalmente abrangente, daí a importância de combinar fontes orais e escritas. Essa abordagem complementar ajuda a superar as limitações e a fortalecer a credibilidade das informações obtidas. A entrevista é um método fundamental para a obtenção de fontes de pesquisa e requer a aderência a critérios preestabelecidos para preservar a integridade do trabalho. A primeira consideração do pesquisador deve ser a seleção dos entrevistados ou do grupo a ser entrevistado.

As perguntas devem ser cuidadosamente formuladas e podem ser apresentadas em três tipos de questionários: um dirigido e fechado, que tem como característica restringir o

entrevistado ao tema proposto; o questionário semidirigido, que é o tipo mais comumente utilizado, representando um equilíbrio entre a fala livre do entrevistado e perguntas diretas; e, por fim, o questionário aberto, que permite que a pessoa entrevistada aborda tópicos além do tema central da entrevista. A escolha do local para a realização da entrevista e a postura do entrevistador também são fatores que merecem a atenção do pesquisador.

Após a entrevista, a próxima etapa é a transcrição dos registros. Embora muitas vezes seja uma tarefa desafiadora, é crucial que a transcrição contenha a versão completa da entrevista. Esses registros são considerados matéria-prima, não informações elaboradas, e, portanto, devem ser arquivados de maneira que fiquem acessíveis a outros pesquisadores. Isso inclui não apenas a gravação da entrevista, mas também todos os materiais utilizados em sua realização, como o projeto detalhado, vídeos, cadernos de campo e informações de autorização e identificação dos entrevistados.

A história oral, como expresso por Meihy (1994, p. 55), "envolve um método complexo e abrange particularidades que vão desde a concepção de um projeto até o compromisso de compartilhar o texto resultante com a comunidade imediata que o originou e com seu contexto mais amplo". No entanto, outros estudiosos atribuem diferentes status à história oral, alguns a consideram como uma técnica, outros como uma nova disciplina, e há aqueles que a veem como uma metodologia. A concepção da história oral como técnica se concentra no uso de recursos técnicos para a gravação, transcrição e preservação de entrevistas, bem como em todo o aparato que envolve esse processo. Não apenas pesquisadores, mas também aqueles que lidam com acervos orais e ocasionalmente utilizam entrevistas de forma complementar compartilham essa perspectiva.

A história oral é interpretada de várias maneiras, incluindo como uma nova disciplina que desempenha um papel semelhante ao da arqueologia em relação à história antiga. Além disso, há quem veja a história oral como uma área que apresenta preocupações metodológicas

específicas para a pesquisa histórica, abordando questões como procedimentos para conduzir entrevistas, o tratamento das fontes orais, os desafios envolvidos e a crítica necessária ao utilizar essas fontes em estudos históricos (Selau, 2004, p. 224).

No contexto da história oral como metodologia, os autores identificam duas abordagens: a faceta técnica e a metódica. Na abordagem técnica, o historiador pode adotar um estilo de arquivista-documentalista ou de difusor populista. Ambas as abordagens compartilham um enfoque empirista, mas têm perspectivas de mundo e históricas diferentes. A primeira visa criar e organizar documentos transcritos para uso futuro, inicialmente sem distinção entre os entrevistados. A segunda abordagem é caracterizada por um compromisso genuíno em dar voz às histórias daqueles que foram silenciados ou negligenciados pela história oficial.

No entanto, os historiadores do segundo estilo são criticados por não realizar uma reflexão teórica aprofundada sobre o tema de suas entrevistas, muitas vezes tratando-o como algo dado. Isso limita a eficácia de seu trabalho, pois embora possa destacar injustiças, não contribui para uma compreensão mais profunda de como essas injustiças estão estruturadas e afetam os grupos em questão (Selau, 2004, p. 225). É fundamental que o historiador realize a sistematização e síntese do material coletado durante as entrevistas antes de torná-lo público. Isso inclui uma análise clara do tema de pesquisa e a apresentação dos conhecimentos adquiridos durante o processo.

Na disciplina da história oral destacam-se inovações, particularmente no estudo do cotidiano e da vida privada. Essa abordagem, que se caracteriza por uma "história vista de baixo", revela-se distintiva da história oral, na medida em que focaliza a história a partir do particular, dando voz e visibilidade aos grupos marginalizados e excluídos.

As técnicas e especificidades da história oral como disciplina, juntamente com seus procedimentos e um conjunto de conceitos, constituem a base para as outras duas dimensões. Partindo desses pressupostos, a história oral é reconhecida como "um campo de estudo com seu

próprio objeto e a capacidade de gerar soluções teóricas para os desafios que surgem na prática" (Selau, 2004, p. 226). No entanto, críticas a esse status da história oral argumentam que esses métodos e objetos já estavam presentes na Nova
História.

Do ponto de vista metodológico, as técnicas e procedimentos desenvolvidos pela história oral contribuem para a produção de conhecimento histórico. Portanto, "por meio dessa metodologia, o historiador cria fontes para sua pesquisa, mas deve buscar soluções e explicações para os problemas teóricos em áreas como Teoria da História e disciplinas afins, que auxiliam a esclarecer questões sobre as relações entre história e memória e outros dilemas teóricos" (Selau, 2004, p. 226).

Quanto à abordagem metodológica, podem ser identificados dois estilos quando a história oral é empregada como metodologia: o estilo reducionista e o estilo analítico completo. No primeiro estilo, o historiador demonstra pouca preocupação com a análise contextual e busca apenas confirmar suas próprias ideias com a fonte oral. Já no estilo analítico completo, a fonte oral é utilizada de acordo com as expectativas, o que implica uma reflexão teórica, trabalho empírico de campo e um processo de construção de fontes, além de uma produção de conhecimento científico de forma abrangente (Selau, 2004, p. 227).

A relevância do uso da tradição oral não se limita apenas à história dos excluídos, mas também se estende à capacidade de ampliar as fontes disponíveis para os historiadores na produção de conhecimento histórico sobre realidades que muitas vezes não foram abordadas até o presente momento (Selau, 2004, p. 227).

A vida em sociedade se desenrola no contexto das relações humanas. Ao longo de nossa existência, estabelecemos variados tipos de contatos e interações com diversas pessoas, em diferentes situações e sob circunstâncias específicas. Com o passar dos anos, algumas dessas experiências vividas permanecem vívidas nas memórias de alguns, enquanto outras são

completamente esquecidas por outros indivíduos. Em paralelo, esses eventos podem estar presentes na memória coletiva de muitos outros. Nem sempre somos os protagonistas desses acontecimentos, e, por vezes, somos meros espectadores. De forma recíproca, pode ocorrer que alguns recordam eventos que nunca vivenciaram.

Na história da construção da sociedade brasileira, as lembranças que persistem nas narrativas oficiais divergem daquelas que são preservadas por grupos específicos e permanecem em suas memórias. Os afrodescendentes, por exemplo, buscam nas histórias transmitidas pelas memórias e relatos do passado, que são compartilhadas e recontadas, uma maneira de reconstruir sua identidade, tanto individual quanto coletivamente.

Isso nos leva a questionar quais são os mecanismos que determinam a retenção ou o esquecimento de eventos que vivemos ou não. Como nossas memórias são construídas, e há diferença entre memórias e lembranças? Será que a coletividade em que estamos inseridos exerce alguma influência sobre o que recordamos? Mesmo quando não desempenhamos papeis centrais em eventos, por que nos emocionamos ao recordá-los ou celebrá-los?

No processo de criação de uma identidade nacional, uma memória coletiva se forma a partir da seleção de eventos, figuras e lugares que conferem significado à sociedade em questão. No entanto, nem todos os grupos são contemplados nesse processo, o que gera conflitos entre as memórias nacionais e as memórias subterrâneas. Frequentemente, a transmissão dos valores que moldam a identidade de certos grupos é viabilizada apenas pela oralidade, que preserva saberes, tradições e crenças. A resistência também desempenha um papel importante na preservação da memória e da identidade e vice-versa: preservar ou reconstruir a memória fortalece a resistência.

A memória desempenha um papel significativo na construção das identidades, tanto individuais quanto de grupos. A coesão desses grupos ocorre quando as lembranças individuais se fortalecem e se mesclam com as memórias coletivas. No entanto, recordar eventos, figuras e

lugares não é uma tarefa simples. Por vezes, o esquecimento e a influência externa de grupos ou da sociedade podem obstruir a retenção das lembranças. Entre os elementos que compõem a memória, a identidade desempenha um papel crucial. Nem sempre as identidades individuais coincidem com as identidades e memórias coletivas, e é nesse ponto que surgem os conflitos.

A expansão e diversificação dos campos e áreas de estudo na história, a partir das décadas de 1960 e 1970, introduziram novos objetos e campos de pesquisa, como a memória. Isso foi possível graças ao surgimento de pesquisadores associados a escolas como a Nova História, a História Oral, a História Cultural e a História do Tempo, entre outras. Essas pesquisas passaram a considerar as memórias individuais dos entrevistados e a forma como eram transmitidas oralmente. Para manter o rigor científico, os próprios elementos envolvidos nas memórias, lembranças, oralidade e identidades passaram a ser objetos de estudo dos pesquisadores, enriquecendo o campo da História com novas temáticas.

A memória é uma temática abordada em diversas áreas de estudo, incluindo Sociologia, Antropologia e Filosofia. Desde a Antiguidade, pensadores como Aristóteles já se interessavam pela forma como a memória funciona e pelo impacto que suas recordações têm nas relações sociais e na sociedade em geral. Uma vez que não vivemos isolados, nossas interações nos inserem em grupos que possuem suas próprias memórias, que nem sempre coincidem com as nossas.

Existem, portanto, dois tipos de memória: as individuais, que têm significado para aqueles que as recordam, e as coletivas, pertencentes a grupos específicos. Essas memórias individuais e coletivas estão interligadas e influenciam-se mutuamente.

A construção de identidades individuais, coletivas ou nacionais envolve um processo seletivo, no qual destacamos aspectos que nos enaltecem. É natural, portanto, que nem todas as memórias sejam igualmente valorizadas, levando à formação do que autores como Michael Pollak chamam de "memórias subterrâneas". Em muitos casos, a resistência e a opressão vividas

por grupos marginalizados servem como impulso para a preservação de suas tradições por meios não convencionais, e a transmissão oral desempenha um papel fundamental na perpetuação de seus valores e na construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas.

A Psicologia, assim como a Sociologia e a Filosofia, dedica-se ao estudo da memória. De maneira abrangente e global, a memória é a habilidade que nos permite identificar as possibilidades, condições, limitações relacionadas à gravação da experiência, retenção, reconhecimento e evocação. Ela se baseia na capacidade de reviver ou recuperar vivências do passado, com variados graus de consciência de que a experiência atual é, de fato, um ato de reviver. Em essência, a memória refere-se a eventos que, em algum momento do passado, estiveram presentes em nossa vida, quer tenhamos participado deles ou não. No entanto, por razões diversas, essas experiências permanecem em nossas lembranças.

Com base nessa observação e nas diversas abordagens possíveis da memória, é evidente que sua natureza é multifacetada, multidisciplinar e multidimensional. A memória não é exclusiva nem única para um indivíduo, pois vários de seus aspectos estão conectados à sociedade e ao grupo ao qual pertencem. Diante dessa relação entre o individual e o coletivo, os pesquisadores embarcaram em estudos com o intuito de compreender e definir essa complexa dinâmica.

O estudo da memória como campo acadêmico teve em Maurice Halbwachs (1877-1945), um pensador francês, um de seus precursores mais influentes. Seus textos e pesquisas sobre memória individual, bem como o desenvolvimento do conceito de memória coletiva, forneceram bases sólidas para o avanço dos estudos sobre o tema, principalmente no campo da História Oral. Outro estudioso que compartilhou dessa abordagem foi Michael Pollak (1948-1992), um austríaco radicado em Paris, que, inicialmente formado em Sociologia, expandiu seus estudos para diversas áreas, notabilizando-se pelo uso da metodologia desenvolvida pela História Oral.

As primeiras incursões de Halbwachs na memória foram fortemente influenciadas por pensadores como Émile Durkheim, considerado o fundador da Sociologia, ao definir o campo de atuação da disciplina, que difere da Psicologia e da Filosofia. A Sociologia se concentra em "fatos sociais", que têm existência independente da consciência dos indivíduos. Segundo Fábio Daniel Rios (2013, p. 03), "o comportamento do indivíduo é determinado por fatores que o influenciam desde o meio externo", seguindo uma abordagem similar à de Halbwachs em seu estudo sobre a memória.

A memória é considerada um fenômeno social e coletivo, uma vez que sua expressão ocorre no contexto de um grupo social. A relação estabelecida entre o indivíduo e o grupo é uma construção social enraizada em aspectos emocionais. Segundo Halbwachs (1990), o indivíduo, isoladamente, não forma ou sustenta lembranças de forma eficaz, sendo o grupo essencial para nutrir, moldar e manter viva a memória. Nesse sentido, a presença do outro desempenha um papel fundamental na construção da memória (RIOS, 2013, p. 4).

Essa dimensão social da memória pode ser observada no contexto brasileiro, especialmente nas reuniões de africanos em torno de Irmandades Católicas. Essas associações, influenciadas pela presença portuguesa, já eram conhecidas na Europa e na África, mas floresceram e prosperaram no Brasil a partir do século XVII, envolvendo tanto brancos quanto negros. Apesar de sujeitas às normas do catolicismo colonial, as irmandades formadas por negros incorporaram em suas práticas os valores africanos e a necessidade de preservar a memória dos rituais, principalmente os rituais fúnebres de diferentes culturas africanas. Geralmente, essas irmandades reuniam africanos do mesmo grupo étnico para manter suas tradições, usos e costumes. Juntos, celebravam o culto sob a proteção de um(a) padroeiro(a) católico(a) e desenvolviam estratégias para preservar as memórias individuais e coletivas, como a recriação anual das festas de seus grupos étnicos de origem, expressando-se por meio de cantos, instrumentos musicais e rituais de procissão. Essa expressão cultural era uma

manifestação de resistência e influência africana na sociedade brasileira, apoiada pelos laços emocionais e afetivos que uniam esses indivíduos.

Embora a memória seja, em sua essência, individual, uma vez que apenas o indivíduo é capaz de recordar, ela se origina da vivência pessoal. Na ausência de indivíduos que tenham participado diretamente dos eventos ou que tenham ouvido falar deles, as memórias não podem ser retiradas ou transmitidas. Portanto, podemos classificar essa faculdade de armazenar informações como "memória individual" (LEAL, s/d, p. 02). No entanto, é importante destacar que o indivíduo atua como um instrumento para as memórias do grupo, uma vez que sua memória individual está intrinsecamente ligada à sensibilidade e à intuição coletivas.

A memória individual é concebida como uma parte integrante da memória coletiva, encontrando-se intrinsecamente inserida nesta última. Rios (2013, p. 05) argumenta que:

> [...] O sujeito é influenciado simultaneamente por diversas correntes de pensamento coletivo, mas, incapaz de atribuir seu comportamento exclusivamente a uma delas, passa a assumir a responsabilidade por seus atos, acreditando na possibilidade de agir com total autonomia.

As lembranças são moldadas com base nas ferramentas proporcionadas pelo ambiente social e nunca de forma isolada. Nesse contexto, Halbwachs (1990, p. 26) afirma que "nossas lembranças permanecem coletivas, [...] porque, na realidade, nunca estamos sozinhos [...] sempre carregamos dentro de nós uma variedade de pessoas que não se confundem". Para ele, na construção subjetiva da memória, o ponto de referência são os "quadros sociais", que determinam o que deve ser lembrado, esquecido, omitido ou celebrado pelos indivíduos. Esse fenômeno individual, construído em conjunto, está sujeito a flutuações, transformações e mudanças contínuas.

Portanto, a memória é capaz de estabelecer uma ligação entre o passado e o presente, mesmo que o indivíduo não tenha vivenciado aquele período ou lugar. A memória momentaneamente congela o tempo e, uma vez que também é uma construção social, está marcada por normas e convenções coletivas que organizam a experiência dos indivíduos (RIOS, 2013). Da mesma forma, o espaço é influenciado pelos grupos e, ao ser moldado à sua imagem e semelhança, atua como um repositório para seus valores e estilos de vida. Uma vez que esses elementos são padronizados, tempo e espaço "contribuem para a manutenção e coesão dos grupos, ao ajudar a preservar o sentimento de identidade entre seus membros" (RIOS, 2013, p. 7). As memórias compartilhadas dão origem às "comunidades de sentimentos".

A identidade e a tradição estão intrinsecamente ligadas à memória, que representa "algo que permanece vivo, influenciando os pensamentos e ações de indivíduos e grupos no presente" (RIOS, 2013, p. 7). É importante destacar que, se uma memória desaparece, os vínculos do grupo que a mantinham também se dissipam. Neste ponto, de acordo com esses autores, emerge a diferença fundamental entre memória e história. Enquanto a primeira é viva, a segunda é um registro do passado. A memória é a visão que um grupo tem de si mesmo e é diversificada, visto que cada grupo preserva seu próprio conjunto de lembranças. Em contraste, a história é habitada por eventos que já desapareceram da memória dos grupos e só se torna relevante quando a memória-tradição já não existe.

Embora conceba a memória como um fenômeno coletivo, Pollak sugere uma nova perspectiva sobre a capacidade do indivíduo de contribuir ativamente para a construção das recordações do grupo. Pollak (1992, p. 201) apresenta, assim, alguns elementos que ele considera constitutivos da memória: os acontecimentos, as pessoas ou personagens e os lugares.

Os acontecimentos abrangem tanto os eventos vivenciados pelo indivíduo quanto aqueles experimentados pelo grupo ou coletividade dos quais o indivíduo pode ter sido

testemunha. Quanto às pessoas ou personagens, a mesma lógica se aplica. O indivíduo nem sempre precisa ter encontrado essas pessoas ou personagens pessoalmente; mesmo sem um encontro direto ou convívio em um espaço e tempo compartilhados, esses personagens podem se tornar familiares. Pollak acrescenta, então, os lugares como o terceiro elemento constituinte da memória. Quanto a esses "lugares de memória", Pollak (1992, p. 202) afirma que são "locais intimamente associados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas que não necessariamente está vinculada a uma cronologia".

As memórias das comunidades marginalizadas, minorias políticas e das camadas mais desfavorecidas da sociedade continuam a ser geradas, mesmo em face da opressão e censura que enfrentam. Michael Pollak (1992) denomina essas memórias como "memórias subterrâneas". A repressão, paradoxalmente, é tanto uma fonte de trauma quanto de resiliência para essas culturas. Após longos períodos de silenciamento, essas memórias tendem a ressurgir com grande vigor, desafiando a ordem estabelecida e desencadeando mudanças e consequências imprevisíveis (RIOS, 1992, p. 12).

Para sobreviver e persistir, mesmo à margem das vias convencionais de expressão cultural e política, as memórias subterrâneas desses grupos empregam diversos mecanismos e formas de resistência. O silenciamento emerge como um desses mecanismos, adotado pelos grupos como meio de preservação.

Essa realidade também encontra paralelos nas minorias que foram silenciadas no contexto brasileiro. Ao longo de séculos de escravidão, não apenas os gritos de dor e sofrimento foram suprimidos, mas também as narrativas, conhecimentos e tradições africanas. Uma estratégia empregada para forçar esse silêncio envolveu a dispersão de grupos pertencentes à mesma etnia, resultando na perda do idioma de origem e dificultando a criação de memórias individuais sustentadas pela memória coletiva de outros membros do grupo.

No entanto, essas estratégias não conseguiram interromper completamente a transmissão das memórias, que continuou a ocorrer informalmente em âmbitos familiares e pequenos grupos, desempenhando um papel fundamental na preservação e perpetuação das lembranças. Essas memórias subterrâneas são intrinsecamente ligadas à oralidade, tornando as entrevistas de história oral ou história de vida um método privilegiado para explorar esse tipo de experiência (RIOS, 1992, p. 13).

Nas últimas décadas do século passado, muitos historiadores e pesquisadores brasileiros dedicaram-se a recuperar as memórias subterrâneas de grupos afro-brasileiros. Houve um retorno à obra de pesquisadores como Manuel Quirino, Édison Carneiro e Nina Rodrigues, e um esforço para descobrir novas fontes de memória. Nesse ressurgimento, um dos grupos que ganhou destaque foi o dos negros africanos ou brasileiros, escravizados ou livres, unidos pelo Islã e conhecidos como "Malês" - uma designação genérica para qualquer negro islamizado na Bahia do século XIX. Conforme Lopes (2011, p. 83) observa, "quando os afro-brasileiros buscam reconstruir os laços que os ligam à sua ancestralidade, em busca da recuperação de uma identidade perdida, muitos têm se voltado para o espelho dos Malês".

Em contrapartida, Lopes (2011) destaca que, entre os nagôs, que não compartilhavam do mesmo elemento de memória coletiva presente em diversos grupos malês, as resistências promovidas por sociedades secretas como Ogboni, Gueledé e Egungun permanecem amplamente desconhecidas e negligenciadas pela história. Aqueles que detêm conhecimento sobre essas sociedades ou que se recordam de suas ações são poucos, e a ausência de um grupo organizado pode contribuir para a progressiva obliteração dessas memórias.

A prática da história oral capacita o indivíduo a assumir o protagonismo em sua própria narrativa histórica, atuando como representante de um grupo marginalizado específico. Nesse

contexto, ele confere novos significados às suas memórias pessoais e as harmoniza com a identidade que deseja forjar para si mesmo.

CAPÍTULO 3:

Vivendo de amor: escrevivendo através de cirandas

Rubi é uma mulher dançante, que por onde passa chama atenção por suas vestes que remetem a sua beleza e maestria. Ela dança com as palavras e ocupa territórios, tem o dom de olhar pelas fissuras e revelar potências. Rubi é uma pedra preciosa estrangeira, mas nem sempre é vista dessa maneira, por causar estranheza e revelar o que queriam que fosse oculto, pode sofrer com sua ousadia em ser.

Rubi, mulher estrangeira em terras brasileiras se descobre além de gringa, negra, e essa descoberta a leva há um universo a ser ocupado, e não explorado, porque seu respeito e esperteza não chega em espaços sem antes compreender de que maneira pode ouvir, ocupar, e construir com o que já tem e talvez nem saibam. Rubi é estrangeira e gringa para alguns, mas é de casa e faz casa por onde passa, e seu sonho é criar cirandas por onde for. Cirandas de alegria, de arte, cultura, acesso e lazer. Cirandas de responsabilidade, compromisso e respeito por onde passar. Rubi, é filha de autores da vida, é decolonial em suas narrativas quando propõe que o chegar seja para somar e não para tomar, saquear vidas.

Conforme a escrita dessa dissertação, Rubi vai ensinando através de suas narrativas como é possível entrar em espaços e construir novas possibilidades a partir do território e seus participantes, assim como na metodologia aqui proposta, da pesquisa ação participante (Spink, 2008), Rubi é uma mulher negra pesquisadora que segue essa lógica dentro e fora da academia, ela chega, pergunta se pode entrar e dentro do que o território permite, vai observando quais ferramentas são necessárias e quais já estão ali para construir novas possibilidades.

Rubi, além de pesquisadora e professora acadêmica, é mãe, é filha, canta e faz rap, faz malabarismos com as burocracias e da vida a espaços tão enriquecidos, trás movimento e rompe com lógicas coloniais ao transitar em territórios marginalizados com leveza, com atenção e significado.

Nem tudo são flores e festas, mas Rubi consegue com racionalidade e inteligência, construídas e forjadas pelas ruas, pensar em novas formas de ver o que tá posto.

A lógica colonial europeia, branca, patriarcal feita para que mulheres sejam submissas e subjugadas, é silenciada pelos movimentos de dança do ventre, dança que rompe essa lógica quando movimenta os quadris e permite que as dores do racismo possam sair, possam ser liberadas através da movimentação, através do sentir e comunicar com o corpo.

Esse corpo feito e pensado para ser morto, silenciado, ou deixado à mercê, grita ao mundo de maneira ritmada que a vida é para ser sonhada junto.

Diferente de Rubi, Esmeralda chega sutil, discreta e até silenciosa, com medo de que o espaço a destrua, e aniquile o corpo. Esmeralda ainda sem saber de suas potências procura encontrar vida na acadêmia, procura encontrar os seus e só vê a materialização do eurocêntrico em um espaço tão branco.

O medo do desconhecido enrijece e vai silenciando o que já era difícil de dizer. Vai tateando e encontra a possibilidade de ser ao ver Rubi, com suas cores, potências e coragem. Encontra vida e vislumbra a possibilidade de poder dizer.

O racismo cotidiano nas instituições é perverso uma vez que tira a possibilidade de existir de pessoas não brancas, os sistema instituído opera para que pessoas não brancas se sintam deslocadas, excluídas e consequentemente pensem que aquele espaço não as pertence.

Ao se deparar com Rubi, mulher negra estrangeira, Esmeralda se sente parte, acolhida, e são nesses encontros que a lógica colonial vai perdendo espaço, porque a construção e coletivização dos espaços rompe com a lógica da indiferença, com a lógica de que o diferente

precisa ser expurgado (Bauman, ano), com a lógica colonial de que um pode existir e imperar sobre o outro.

As barreiras criadas pelo racismo silencia mulheres negras quando as submete a uma posição de inferioridade, quando servir se torna um imperativo para existir, dessa forma Esmeralda se vê não mais sozinha e busca atender e compreender a linguagem dita por Rubi. Pede permissão para entrar em território desconhecido, erra em sua abordagem mas Rubi vê potência para além dos erros e a leva para a casa, casa essa que tem pedras preciosas esquecidas e colocadas atrás de muros, visíveis e invisíveis.

Esmeralda com medo do desconhecido vai e se depara com seu próprio racismo ao supor que aquele espaço é perigoso, e se lembra que já foi vista muitas vezes da mesma forma, e ali rompe com a lógica colonial quando entende de que tem muito mais aprender do que a ensinar e entende que as joias ali presente brilham e tem vida.

Turmalina é furacão e leveza, é o paradoxo que rompe com a lógica colonial ao buscar nas conversas de rua sentido na vida, é paradoxo para a academia quando sabe muito sobre o que tantas estudam e aprendeu vendo e observando o outro, ouvindo atenta, é paradoxo quando diz saber pouco, mas dá aulas para universitários fora da academia e ensina o que só o território pode dar, vida vivida para além do material.

Turmalina no primeiro dia de roda de conversa sabe que não é branca, não sabe ao certo se ser negra é o correto, mas o movimento de questionar mostra através do cuidado e respeito que quer saber para não errar com o outro, consigo e com os seus, e essa lógica rompe com a lógica colonial, uma vez que não impõe sobre si e sobre o outro superioridade de saberes, busca na troca compreender o sentido. Turmalina é potência no ouvir, no chegar e no sair, é força e vitalidade, mas também é aconchego quando se sabe como agir e a hora de agir.

O fato de Rubi ser uma mulher negra estrangeira vivendo no sul do Brasil, vai nos contando de episódios de racismo e xenofobia, mas também nos mostra o quanto a intersecção

entre gênero, classe e raça não podem ser dissociados, uma vez que sendo professora universitária acaba ocupando espaços de poder, mas por ser estrangeira e negra, sofre episódios de desclassificação, sendo colocada em lugar de subalternidade em muitos contextos.

Mas Rubi também nos mostra a importância de ocupar os espaços, transformando narrativas coloniais em narrativas de povo, de rua, de periferia e potência. Suas posições enquanto professora universitária a leva questionar o sistema posto, e apresenta soluções a partir das vivências experienciadas nos territórios cirandeiros. Rubi, relata em suas falas que muitas vezes não percebia esses episódios de racismo, mas os sentia em seu corpo, percebendo as violências que sofreu e se dando conta de que aqui no Brasil era não só "gringa" mas negra, e que sua cor chegava antes da sua fala.

Rubi, tem um funcionamento e maneira de ver esses episódios onde os transforma em potência em si e nos outros, tem o sonho de cirandar o mundo assim como se Ciranda. Sendo o Ciranda um espaço de alegrias, força, companheirismo, lutas, soluções e dúvidas. Sendo uma lógica decolonial de combater os racismos e violências cotidianas que não só pessoas negras passam, mas também pessoas periféricas.

Rubi é a ponte entre as narrativas de Esmeralda e Turmalina, uma vez que

Esmeralda uma estudante universitária que não se sente pertencente a esse espaço vê em Rubi uma referência e busca se "aquilombar" ou se "Cirandar" pedindo para que pudesse fazer pesquisa no território, sair dos muros brancos da universidade.

Esmeralda nos trás a narrativa da vivência de muitas pessoas pretas ao entrar na universidade, onde se veem deslocadas e não pertencentes, uma vez que nem mesmo os autores estudados são parecidos consigo. Se sentem perdidos em um espaço pensado para reproduzir a lógica eurocêntrica, que muitas vezes não faz interlocução com a realidade brasileira que é majoritariamente preta.

Esmeralda uma garota preta periférica sobre nas sutilezas do racismo violências que vão minando sua vitalidade, servindo a lógica da Necropolítica, onde políticas são pensadas para a morte literal e simbólica de pessoas não brancas e em especial pessoas negras, uma vez que produz adoecimento no campo da saúde mental, o que nos é especialmente preciso estar atentos enquanto profissionais da saúde mental.

As violências sistêmicas experienciadas por Esmeralda na instituição acadêmica, denúncia uma das faces do racismo estrutural, uma vez que tais instituições são pensadas para populações burguesas, seguindo uma lógica eurocêntrica que não se prepara para a diversidade seja de gênero, classe ou racial.

A busca de Esmeralda por se conhecer enquanto mulher negra e consequentemente se ver como pertencente ao espaço acadêmico, te dá ferramentas para se reconhecer enquanto uma fazedora de ideias e denunciar o racismo através da sua voz e escrita, contando narrativas diversas a partir das ferramentas que vai conhecendo e aprendendo no seu Cirandar.

Tecendo caminhos metodológicos com sentidos

> "Eu gostaria de perguntar a todos vocês: Quais são seus nomes? O que anima vocês e o que faz seus corações baterem? Me digam suas histórias, eu quero ouvir suas vozes e ouvir suas convicções. Não importa quem você seja, de onde você venha, sua cor de pele, sua identidade de gênero, apenas fale! Encontre seu nome e sua voz, falando por si próprio." - BTS (2018)

Para que seja possível a análise e confrontação dos dados, a pesquisadora se inseriu em campo seguindo a metodologia proposta por Spink (2008), em que o pesquisador se insere diretamente no território para observação ativa e também participa das atividades propostas, sendo não somente um sujeito que se coloca como uma figura distante, mas procura participar

ativamente das atividades dos territórios, contribuindo para a manutenção dos projetos já existentes e para que novas ideias possam ser pensadas coletivamente.

Foi utilizado o método de pesquisa qualitativo que, segundo Godoy (1995, p. 58), implica o pesquisador ”a partir de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”

A pesquisadora, conjuntamente com a liderança do espaço Ciranda da Cultura, pensou em estratégias que fizessem sentido para os sujeitos participantes do projeto, sendo feito um diagnóstico local, onde foi levantada a possibilidade da construção de grupos com mulheres que se identificam enquanto negras. Dessa forma, a partir do diagnóstico feito em conjunto com propostas pensadas pelas próprias participantes e pesquisadora, foi formado um grupo com encontros semanais em que temas previamente escolhidos a partir das demandas identificadas conjuntamente com temáticas identificadas pela pesquisadora a partir de estudos bibliográficos.

Essa formação, a partir do delineamento de temáticas previamente escolhidas em conjunto com o diagnóstico local, foi pensado a partir da ideia em que o pesquisador não detém um saber localizado e sim precisa estar em consonância com as demandas do lugar e seus participantes, uma vez que é entendido que a construção de um projeto ou trabalho no território precisa ser feita a partir dos saberes daqueles que estão inseridos no mesmo e fazem parte dele, sendo os sujeitos os que melhor compreendem quais são as demandas presentes, possibilitando assim a manutenção das potencialidades já existentes e construindo novas narrativas e perspectivas no território.

Segundo Paulilo (1999, p. 135): “A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna”. Sendo assim, a separação dos grupos em 8 encontros com duração de 1 hora cada, com em média de 5 participantes por encontro, sendo composto majoritariamente por mulheres acima de 50 anos e com filhos.

Os encontros foram divididos por temáticas, mas seguiam a lógica de ouvir o que as participantes traziam como demanda em conjunto com o que a pesquisadora identifica como relevante para compreender quais aspectos compõem as vivências e consequentemente a narrativas de mulheres negras.

a divisão dos temas propostos ficou da seguinte maneira:

1. A pesquisadora se apresentou e relatou o objetivo de estar ali, assim como foi apresentado a proposta da pesquisa para as participantes, estabelecendo conjuntamente quais regras iriam reger o grupo, sendo optado pela modalidade de grupo aberto

(referência, ano), e apresentado o Termo de Livre Esclarecimento e e participação.

Após apresentação da pesquisadora e pesquisa foi proposto para que todas se apresentassem dizendo nome, idade, e com qual cor se identificavam, logo após como sugestão foi apresentado uma dinâmica denominada como “O que eu seria se fosse” que consiste em questões como:

“O que eu seria se fosse um animal”

“ O que eu seria se fosse uma cor”

"O que seria se fosse um lugar"

"O que eu seria se fosse uma frase"

Que tinha o intuito de fazer com que o grupo tivesse uma integração e pudessem ir se conhecendo.

2. No segundo encontro assim como combinado se encontraram no Ciranda e a segunda atividade proposta foi denominada como "Linha do tempo" onde as participantes relataram através de escrita e desenhos momentos que fazem parte de suas vidas e que marcaram suas vivências de maneira significativa. O segundo encontro tinha o intuito de ouvir as participantes e compreender quais momentos eram importantes para elas.

3. O terceiro encontro tinha o intuito de trabalhar a percepção que tinham em relação a sua imagem e de que maneira se viam frente a si mesmas, dessa forma foi levado uma dinâmica onde um espelho foi escondido dentro de uma caixa, e sem que soubessem uma por vez deveria olhar o que tinha dentro da caixa e não contar para as outras qual era o conteúdo.

4. No quarto encontro fizemos uma noite de chá, pois relataram estar cansadas e sobrecarregadas em relação às atividades do dia a dia, então fizemos um chá colaborativo onde cada uma levou algo para compartilhar com o grupo. No início, antes de compartilhar os alimentos, foi feito um relaxamento guiado e ensinado técnicas de respiração para que pudessem fazer em dias mais agitados, e depois ficou aberto para que tivesse uma conversa livre, sem temática prévia.

5. No quinto encontro, dando a sequência em relação a temática da autopercepção e também em relação a autoestima, foi usado como recurso o livro "Em busca da feição real" da autora (JoYong, 2021) que relata a vivência de 3 personagens distintos que saem em uma jornada

em busca de suas verdadeiras feições, para saber quem são e para onde gostariam de ir. No decorrer do livro enquanto buscam suas feições reais encontram outras pessoas pelo caminho, e dessa forma vão percebendo que enquanto sua jornada acontece, também vão se encontrando com outras pessoas e podem auxiliá - las nos trajetos.

6. Foi proposto para que escrevessem cartas para si mesmas relatando momentos que foram importantes mas difíceis, como perdas ou lutas que tiveram que passar durante suas vidas.

7. No sétimo encontro como recurso foi levado papeis diversos cortados em formato de coração, onde cada um era único, não repetindo a estampa de nenhum. Foi pedido para que cada uma escrevesse um elogio para si no papel, e foi colocado uma música relaxante para que ouvissem, fechasse os olhos e segurando o papel pensasse no que tinham escrito, tendo o foco de que fosse um momento para olhar para si e se ver como foco do momento.

8. O último foi aberto para que relatasse o que sentiram durante os encontros e como foi a experiência de maneira coletiva e individual.

A escolha das participantes identificadas como Rubi, Turmalina e Esmeralda se deu a partir de 3 critérios: Participação nos encontros, participação no território e envolvimento nas atividades dos grupos, além do fato de serem mulheres que se identificarem enquanto mulher negra, sendo preta ou parda.

Cada participante compõe não só as atividades do grupo, mas também tem participação ativa na composição do território, sendo assim personagens que elucidam através de suas vivências particularidades, mas também representam a vivência e narrativas de muitas outras mulheres negras.

Uma mulher negra racializada, ou seja, que tem consciência e se reconhece a partir dos marcadores de raça, ou não, tem uma narrativa que atravessa seu corpo e perpassa pela possibilidade de se conhecer e reconhecer enquanto pessoa e mulher negra, porque os encontros vão acontecendo, e uma vez que não há possibilidade da separação entre gênero, raça e classe no modelo em que vivemos (Akotirene, 2019), esses processos de reconhecimento, que não são lineares, vão sendo construídos conforme os encontros e as possibilidades vão sendo articuladas, junto com as encruzilhadas que entrelaçam e que abrem caminho para que se teçam novos rumos e histórias, sendo um processo fluído.

Estranhamento (estranhar - se), questionamento (quem eu sou a partir do que me falam?), reconhecimento (de (si através do outro, nos coletivos), fortalecimento (quem eu sou a partir da construção da minha própria narrativa, da narrativa ancestral e o que se está construindo?). São questionamentos que foram sendo pensados e vividos a partir da escuta das histórias contadas e da observação do território, sendo condutores para a elaboração da metodologia proposta e da organização da mesma.

A partir da análise dos dados e diagnóstico local foram propostas duas formas de olhar para as narrativas presentes e de observá-las a partir do método, sendo separadas em:

"Olhar sensível- Narrativas do coletivo", que se propôs descobrir como vão sendo desenhadas e contadas as histórias a partir do coletivo, uma vez que entendemos que a construção coletiva tem papel fundamental na organização dos movimentos negros e sua formação.

"Olhar para si - escrevivências, caminhos contados a partir de mim" - essa seção foi escolhida a partir do olhar e afeto e da percepção da pesquisadora, se permitindo ser tocada por olhares, histórias e narrativas que foram sendo tecidas a partir dos encontros propostos e dos que foram se dando a medida em que o grupo era elaborado. A escrevivência, termo pensado

por Conceição Evaristo, utiliza-se da experiência da autora para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres (Soares, 2017). Dessa forma, foi utilizado como recurso metodológico para dar suporte para a escrita desta seção.

Ao passo que essas linhas foram sendo postas e iam montando um desenho que fala/escreve as narrativas, três histórias saltam para além das linhas e vão sendo escritas para explicar a composição das diversas formas de se ver, contar e narrar mulheres negras, delineando uma nova forma de retratar tais narrativas a partir das escrevivências. Os nomes escolhidos para mostrar essas mulheres se dá a partir do olhar de que nosso povo teve seus bens saqueados e apropriados, mas não apagou a verdadeira riqueza que nos é dada, que são nossas memórias, falas e histórias. 1. Rubi mulher que dança e quebra com as burocracias, ficando difícil diferir ser estrangeira em terra de quem não sabe quem se é; 2. Turmalina negra - mulher que visita e conhece a todos, mas diz não saber quando nasceu, mas conhece muito bem a forma de dividir e multiplicar; 3. Esmeralda - mulher que canta, mas está no caminho para ouvir a própria voz.

Tecendo narrativas decolonizadoras: A mulher negra e o reconhecimento de si no coletivo

O que é ser mulher, e mulher negra no Brasil?

A questão acerca do que é ser mulher se apresenta de múltiplas formas e vai sendo investigado a partir de sujeitos que procuram compreender esse bloco tão cheio de possibilidades e aberturas. Conforme se estuda essa temática, fica perceptível que, à medida que parece ir ganhando forma, percebe se que não pode ser concebido de uma única forma ou em um único bloco. Anzaldúa (2005), dentro do que se propunha enquanto pesquisadora, questionou- se sobre a binaridade “homem ou mulher, macho ou fêmea", e seus

questionamentos contribuíram de maneira extremamente relevante para o debate acerca do feminino e do ser mulher, uma vez que suas teorias e estudos vão contribuindo para que esses questionamentos possam ser expandidos dentro e fora de contextos acadêmicos.

Uma vez que as teorias feministas surgiram a partir de um incômodo acerca de qual o papel da mulher dentro da sociedade, e pela busca de ocupação de lugares que se opunham ao papel submetido da mulher, percebemos como esse debate ainda precisa ir desmembrando as diferentes camadas ao qual se propõe discutir e debater de maneira crítica e múltipla.

Esses questionamentos foram precursores no que diz respeito a se ter voz dentro dos espaços classistas, e são válidos para se pensar a partir de uma lógica onde mulheres brancas vinham de uma condição de subalternidade no que diz respeito a homens brancos. Mas conforme o debate vai ganhando visibilidade é preciso ir ampliando a percepção sobre a lógica do que é ser mulher, visto que a complexidade do assunto não pode ser reduzida a partir de uma visão única. Chimamanda Ngozi Adichie, em palestra para Ted Talk em 2009, que mais tarde veio a ser publicado como livro, elucida uma das mais belas falas sobre “O perigo de uma história única” onde retrata o risco de se contar histórias a partir de um único olhar, submetendo o outro a construção de uma única perspectiva como sendo a verdadeira. Chimamanda nos conta como foi chegar nos EUA e se deparar com perguntas a respeito de ser mulher e africana e ser reduzida a estereótipos de mulher sofrida e quase animalesca, quando vinha de uma família até então considerada com boas condições perto dos padrões da sua região e local, tendo um olhar sobre si reduzido a marcadores e modelos preestabelecidos e contados a partir de uma narrativa irreal.

A partir do questionamento a respeito das teorias presentes até então no que se propunham as pensadoras feministas, é preciso questionar quais são essas mulheres e se as pautas que reivindicavam faziam parte das demandas de todas as mulheres e suas inúmeras

formas de se ver. Hooks (2015), em sua obra “E eu não sou uma mulher?” destrincha sobre a importância da condição de se pensar o feminismo não dentro de uma lógica pautada em questões fundamentadas na condição de superioridade de uns em detrimento de outros, mas a partir da concepção de narrativas outras e diversas. Narrativas essas que advém de conhecimentos e vivências para além daquela apresentada por mulheres que conviviam em condições que as favoreciam em função da subalternidade de outras, sendo essas mulheres de cor, como eram denominadas.

A pensadora decolonial Ribeiro (2019) apresenta a perspectiva de que se faz necessário repensar narrativas, pensando em maneiras de transgredir modelos pré-estabelecidos, moldados a partir da lógica colonial branca, que determina quem fala e quem é apenas objeto do orador, questionando quais são os lugares de fala e como eles vão sendo construídos e dados a determinados sujeitos e povos. Kilomba (2018) revive em sua obra “Memórias da plantação” o fato histórico de que mulheres negras eram violentadas e tinham o seu direito a fala interrompido, sendo submetidas a usar mordaças, ferramenta de tortura que tinha o objetivo de impedir que essas mulheres se comunicassem através da fala, impedido- as de se comunicar de maneira oralizada, sendo caladas a força. Tais mecanismos de silenciamento continuam a se perpetuar dentro das instituições, das estruturas que historicamente são construídas com o objetivo de manter um poder, e uma estrutura que favoreça quem os instituiu, sendo uma das facetas das diferentes camadas em que as relações de poder vão sendo enraizadas e ganham novas formas de se manter. Ainda na obra “Memórias da plantação” (2018), Kilomba indaga sobre a mulher negra ser silenciada e não ter sua voz ouvida dentro dos lugares onde o feminino é está presente, como organizações feministas onde, por exemplo, o gênero é discutido, mas temas como raça e classe são apagados ou omitidos, sendo colocados como pautas a serem discutidas e vistas em último plano, ou até mesmo não sendo vistas como importantes de serem estudadas.

Dessa forma, há uma urgência para pensar maneiras de romper com essas separações e vão se abrindo fissuras em espaços onde essas questões antes não eram debatidas e nem pensadas. Akotirene (2019) diz que a intersecção entre gênero, classe e raça é impossível de ser dissociada, dado que pensar em meios para entender o que é ser mulher e quem são essas mulheres se faz por meio de múltiplas perspectivas e desdobramentos, sendo a interseccionalidade uma das ferramentas para se pensar e discutir essa temática. Gênero, raça e classe precisam ser pensados a partir da coletivização das pautas presentes nos movimentos, pensados para tratar das questões de mulheres, refletindo quem são essas mulheres, de onde são e quais são seus lugares.

Achille Mbembe (2011) na obra intitulada “Necropolítica”, política de morte, apresenta diferentes formas em que o estado se apropria de políticas e mecanismos com a finalidade de eliminar, utilizando- se de uma estrutura fundamentalmente pensada nas relações de poder construídas para submeter alguns grupos em favor de outros.

> Em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras. (Atlas da violência, 2021, pág. 38)

Esses dados evidenciam que apesar de a desigualdade de gênero existir ainda há diferenças no que diz respeito à raça, levando a considerar que o apagamento da identidade da mulher negra e a violência da mesma pode levar a morte simbólica e literal, pois quando se separa gênero, classe e raça, colocando- os como pautas a serem pensadas de formas distintas no que diz respeito à busca por direitos e condições, está se dizendo que uma pauta não tem relação com a outra, e que mulheres e suas pautas devem ser separadas. Quando se omite a

importância da intersecção entre gênero, classe e raça, a política de morte se faz presente, pois se apaga uma história de construção e a se silencia, desconsiderando-se.

Um dos marcadores advindos da herança da escravização dos povos originários e população africana, que deu continuidade no processo da formação de políticas eugenistas do Brasil do século XIX, é a violência sexual colonial. Os cientistas da época incitavam o ideário da esterilização da mulher negra, que visava através da violência contra os corpos de mulheres negras, pretas e pardas tidas como mestiças, impedir a reprodução dos chamados mestiços e crioulos. Nos dias de hoje há uma nova configuração desse modelo de eugenismo, uma vez que esses traços vão ganhando novas formas e características. Um exemplo disso é o número de casos de violência obstétrica, que se caracteriza como sendo todo tipo de desrespeito à mulher, à sua autonomia, ao seu corpo e aos seus processos reprodutivos, manifestando- se por meio de violência verbal, física ou sexual e pela adoção de intervenções e procedimentos desnecessários e/ou sem evidências científicas, e a dados que evidenciam que a maior parte desses casos de violência acontece com mulheres negras que tiveram seus corpos violados no pré-natal, parto ou no período de puerpério. Especialistas ouvidos pela Comissão Especial sobre Violência Obstétrica e Morte Materna afirmaram que as mulheres negras, indígenas e de baixa renda são as maiores vítimas (Agência Câmara de Notícias, 2019). Foi realizada uma pesquisa através de formulário online com um espaço amostral de 57 mulheres, onde se demonstrou que 63% das entrevistadas relataram ter sofrido pelo menos um tipo de violência obstétrica e aquelas que mais sofrem violência obstétrica são as mulheres negras (Souza, 2022).

> “No Brasil, a pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados verificou que uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto, desde gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e até negligência.” (Souza , 2022, pág. 130.).

Outro traço presente no que diz respeito à violência sexual contra mulheres negras, são as micropolíticas criadas para mnextermínio da população negra e especialmente de mulheres, uma vez que dados comprovam que “as mulheres negras morrem mais que as brancas, mesmo tendo a mesma escolaridade e o mesmo acesso ao pré-natal. Está comprovado que nós profissionais da enfermagem dedicamos menos tempo na assistência pré-natal à mulher negra que à mulher branca” (Agência Câmara de Notícias, 2019). Este fato também contribui para o que pensadores contemporâneos, principalmente pensadoras feministas decoloniais comprometidas com as causas raciais, vêm estudando, que é a construção da solidão da mulher negra, que reverbera em dificuldades em se ver como desejada, ou como alguém para se relacionar. O que implica no afastamento da possibilidade de se relacionar afetiva - amorosamente, uma vez que a mulher negra não é vista como um ser para se relacionar nesse aspecto, sendo colocada como objeto de desejo, onde ocorre a fetichização da mulher negra e a subalternização de seus corpos seu corpo, uma vez o que a desumaniza e a coloca como um objeto a ser desejado e consumido, mas não se sustenta uma relação amorosa afetiva em que ela é vista como alguém para se amar.

Na raíz das relações afetivas e amorosas podemos observar quais corpos e sujeitos são os que são vistos, olhados e respeitados, e os que são deixados a mercê do olhar e desejo do outro, construindo e elaborando redes de afetos frouxos, à medida que o ideal de corpo desejado é o corpo branco, magro, padrão.

> Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público.

> Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso. - bell hooks, 1968

A presente pesquisa busca refletir e indagar sobre a construção do que é ser uma mulher negra no Brasil, como esse processo ocorre no âmbito individual, de maneira subjetiva, mas também como são construídas estratégias para lidar de maneira coletiva com as questões que perpassam os corpos dessas mulheres. Busca- se compreender como são vivenciadas de maneira coletiva questões como a dor, o apagamento, e a negação presente nos mais diversos lugares, e como são refletidas em suas narrativas e a potência.

Apesar da rejeição frente às evidências de que há diferenças entre gênero, classe e raça no Brasil, apresentamos dados do IBGE (2018) que demonstram que a cor da pele determina quem terá melhores condições de saúde, de trabalho, educação e renda. Os dados apontam que por hora trabalhada, as mulheres recebem 79% da remuneração média dos homens (ou seja, 21% a menos) e os trabalhadores/as negros/as de ambos os sexos recebem cerca da metade (50%) do que recebem o conjunto dos trabalhadores/as brancos/as, independente do sexo, apontam também que mulheres negras recebem apenas 39% do que recebem os homens brancos (ou seja, 61% a menos). Segundo

Abramo (2006, p. 41) “A taxa de desemprego de mulheres e negros é sistematicamente superior à de homens e brancos e a taxa de desemprego das mulheres negras é quase o dobro da dos homens brancos”. Outro exemplo alarmante do que se é ser mulher e negra no Brasil está presente no Atlas da violência de 2021, onde aponta que:

> Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não

> negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

Quando se trata dos encontros na contemporaneidade, estamos constantemente em alerta, sob a perspectiva de narrativas que nos instiga a nos proteger dos acontecimentos naturais e sociais. Com isso, perdemos a chance de perceber o que nos afeta, quando nos afeta e o porquê de essa relação está nos atravessando. Assim, também seguindo a noção de afeto trazida por Espinosa (1983, p. 176) "os corpos se potencializam a partir da variedade dos encontros e de suas intensidades". As relações sociais desgastadas pelas atividades prescritivas diárias têm feito com que o individualismo ganhe mais valor do que o que pode ser construído coletivamente. Entretanto, partimos aqui do pressuposto de que o pensamento coletivo pode produzir potências através das afetações do contato consigo, com o outro e com a natureza (Cedeño; Carvalhaes, 2017).

Outro efeito desse individualismo pode ser constatado no fato de que as relações entre os seres têm ganhado uma liquidez sobre a qual Bauman (1999, p. 9) já alertava: "Os poderes globais se inclinam a desmantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem". Em sua teoria sobre a modernidade líquida, o autor mostra que a emancipação dos sujeitos frente aos processos estabeleceria uma maior compreensão da sociedade que permite uma maior liberdade. Mas, junto com ela, viria também uma responsabilidade sobre como enfrentar de maneira política e coletiva as questões da sociedade onde estamos inseridos.

Nessa mesma teoria, Bauman (1999) fala sobre a individualidade e a comunidade, assinalando como o surgimento desenfreado do consumo fez com que os seres ficassem ainda mais vinculados à noção de individualidade e passassem a desconsiderar a noção de viver em comunidade. Isso criou pessoas desconexas e o enfraquecimento da potência que pode ser gerada a partir dos encontros que Espinosa (1983) já delineava e tentava elucidar. Os poderes que liquefazem os encontros passaram do "sistema" para a "sociedade", da "política" para as "políticas da vida" ou desce do nível "macro" para o nível "micro" do convívio social (Bauman, 1999, p. 14). Assim, existe um sistema que se estabelece e se mantém através da construção de uma ordem pré-estabelecida que o favorece, como, por exemplo, o sistema capitalista no qual estamos inseridos. Nele, as relações, os encontros, os afetos e percepções, passam a ser mais um objeto de investimento no qual o esquema produção-consumo se mantém e fortalece. Com isso, grande parte das relações pode vir a ser manipulada para contribuir para que a ordem se mantenha a partir dos interesses do sistema que a opera.

Pensando em um processo onde as relações coletivas se sobreponham à noção capitalista de indivíduo, devemos considerar os fatores de preservação do meio ambiente, entendendo que ele também se estende ao cuidado com os relacionamentos sociais. Relacionamentos esses que passamos a explorar a partir da noção de grupos, conceito que possui uma gama de possibilidades para exploração e entendimento de fenômenos sociais diversos (Honneth, 2013).

Cada época inventa e coloca em circulação traços que a marcam em sua construção, estabelecendo uma concepção de grupo que lhe seja propícia e que serve a seus interesses. À medida que se constroem, pode-se observar que nessa união dos indivíduos por meio dos grupos, estão presentes afetos e vivências que favorecem a promoção de identificação entre os pares. Tal identificação faz com que os indivíduos se agrupam porque julgam compartilhar das mesmas experiências e ideais a serem seguidos.

Ao longo da história, podemos entender os movimentos que contribuem para a concepção do conceito de grupos. No século XX, os grandes grupos estabelecidos que apresentam uma imagem de submissão às autoridades, passam a ser marcados pela figura da massa regressiva, tendo uma concepção negativa de tal processo grupal. Os agrupamentos passam a ser vistos, ainda no século XX, com um olhar benéfico, trazendo uma expectativa de que tais junções podem ser favoráveis para uma construção social (Honneth, 2013).

A psicologia social, através da obra de Piaget (1976), passa a ter um papel importante na construção de uma concepção positiva de grupo, pois prova a importância que os grupos possuem na socialização dos pares a partir de seus estudos sobre o desenvolvimento social da criança. Fomenta-se assim, uma expectativa em relação aos processos grupais. Atualmente, por meio do fortalecimento de noções como a de comunidade (Honneth, 2013), por exemplo, percebemos que a cultura, os valores e o contexto em que o indivíduo se insere, permitem que haja uma maior identificação com outros indivíduos, desenvolvendo uma noção de grupo social.

Segundo Baremblitt (2002) há uma organização promotora de ações entre grupos vigentes que são as instituições. As instituições para Baremblitt são lógicas construídas por grupos que procuram vivenciar e elucidar suas concepções a partir de suas construções enquanto organização. Tais lógicas procuram demonstrar quais são suas ideias a partir dos movimentos experienciados enquanto grupo. As instituições tendem a serem mecanismos reguladores que visam a manutenção de uma ordem tida como correta. Há diferentes formas de se trabalhar dentro das instituições e cada uma se regula a partir do que entende como necessária para a sua manutenção.

Sendo assim, as equipes comumente são compostas por participantes que trabalham de forma interdependente e são reconhecidos por outros membros. Ao mesmo tempo, é relevante considerar as subjetividades e analisar cada indivíduo do grupo como um ser único e capaz de

pensar diferente. Assim, as interações psicossociais surgem em torno do grupo e se expandem no coletivo. Toda vez que um participante se manifesta em conjunto com outros, está sendo construída uma nova forma de experiência tanto para o indivíduo em si quanto para a instituição em que atua. Sob a perspectiva da autogestão, é relevante que os agentes institucionais propaguem e pratiquem ações que sejam capazes de engrandecer e enriquecer as relações grupais. Esta prática tende a gerar um crescimento e fortalecimento do coletivo e da organização em si.

Dessa forma, os sujeitos se encontram em uma posição onde há múltiplos componentes de subjetividade presentes e heterogêneos. Sendo assim, não se trata apenas de questões biológicas ou psíquicas que perpassam tais corpos. Trata-se também de considerar as questões políticas, o Estado, as tecnologias, o espaço urbano, os meios de comunicação, a vida cotidiana e as diversas formas de contato advindas dos diversos fluxos sociais (Soares, 2016, p. 118).

No que se refere a comunidades e agrupamentos de pessoas que buscam um objetivo em comum, é importante estar atentos às diferentes composições dos grupos e suas dinâmicas. Para que uma instituição se mantenha, são estabelecidos acordos, normas e estatutos que podem ser criados com a participação direta de seus membros, tornando-a mais participativa e contextualizada à realidade social, desejos e expectativas dos mesmos. Entretanto, nem sempre as instituições são capazes de criar espaços para essa participação. Quanto mais rígidas em sua formação, normatização e funcionamento, todo aquele que se recusa a seguir uma norma ou questiona uma formação vigente tende a ser tido como alguém fora do esperado pela ordem, correndo o risco de sofrer sanções.

É atento a essa discrepância entre o sujeito e as normas institucionais rígidas que Bauman (1998) desenvolve a noção de estranho, sendo este compreendido como quem não se encaixa no que uma sociedade impõe como sendo correto. Tais sujeitos “obscurecem e tornam

tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas" (Bauman, 1998, p. 27). O estranho tende a ser evitado e, com isso, não é conhecido ou pode vir a ter práticas fora dos padrões. Tais diferenças, quando não podem ser acolhidas, levantam barreiras que impossibilitam os encontros com o que foge do institucionalmente esperado.

Nesse sentido, percebe-se que dispositivos de controle vêm sendo criados para que o estranho não adentre em locais que não são preparados para eles. Um desses dispositivos instaurados na sociedade é o medo, compreendido por Deleuze (1992) como sendo uma paixão triste. O medo do estranho nos distancia da possibilidade de investimento nos encontros. Ele é um gerador de barreiras em nome da segurança. Bauman (1998), em seu escrito sobre o mal estar da pós-modernidade relata a ambivalência da modernidade, trazendo a noção de liberdade e segurança, onde: "Dentro de uma estrutura de civilização concentrada na segurança, mais liberdade significa menos mal estar. Dentro de uma estrutura de uma civilização que escolheu limites à liberdade em nome de segurança, mais ordem significa mais mal estar" (Bauman, 1998, p. 9).

A potência que poderia vir a ser gerada nos encontros passa a ser negada visto que o estranho causa repulsa e o risco iminente do encontro com o não conhecido passa a reger e controlar o sujeito. Bauman (1998, p.15) apresenta a ideia de ordem como sendo "um meio regular e estável para nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam atribuídas ao acaso, mas arrumados numa hierarquia estrita". Ordem está calcada na interpretação antropofágica onde o estranho precisa ser aniquilado, devorado, metabolizado e parecido com o que foi definido como correto. Assim, seu destino acaba sendo o de ser separado, banido e impedido de se comunicar com quem está dentro dos limites estabelecidos. Isso faz com que o estranho fique excluído, colocado e confinado em paredes invisíveis.

Há uma crescente tendência a igualar tudo através de grandes categorias unificadoras e redutoras - tal como o capital, o trabalho, a cultura e a informação. À medida que tais categorias vão sendo criadas, as relações com o espaço, com o outro e com o tempo, vão sendo direcionadas pelos ritmos impostos pelo enquadramento que o sistema capitalista coloca como ordem (Rolnik, 1986) a ser cegamente seguida. A produção de sujeitos insatisfeitos com o atual estado de coisas e que buscam formas de romper tal sistema se torna uma realidade, tornando-se comuns manifestações de insatisfação que podem ser feitas no plano individual, mas também fomentam a formação de coletivos.

Assim, surgem os movimentos sociais que, para Gohn, são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas" (Gohn, 2008, p. 336). O autor acrescenta: “Os movimentos sociais constroem com seus agentes propostas e diagnósticos acerca da sociedade” (Gohn, 2011, p. 336). Tais ações, colocadas em prática coletivamente, tencionam em seus participantes a experiência de pertencimento social. Os que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação que ocorre em agrupamentos (Gohn, 2011) e mesmo em instituições sociais.

A partir da construção das histórias de Esmeralda, Rubi e Turmalina, podemos ir imaginando e ouvindo as narrativas em que cada uma se faz presente, e como essas histórias contam de muitas mulheres, podendo observar que a criação de uma compõe a outra, e as histórias se cruzam, dando possibilidade para outros encontros e como a composição não se esgota, mas vai se amarrando e tecendo outras.

Assim, a formação dos grupos foi sendo vista como uma colcha de retalhos, de narrativas que vão se tecendo, se entrelaçando nas vivências cotidianas, inventadas ou vividas, contadas em forma de palavras que dançam, de silêncios que sussurram, de choro que canta; e

os círculos se juntam e se desfazem, à medida que não consegue se dizer o que construiu o que, mas se embaralham dizendo que há vozes para serem ouvidas.

A construção de novas narrativas se dá de maneira lenta e a muito custo, como elucidado em todo este trabalho, que se faz a duras penas e a passo de formiga e há muito que se aprender com elas, porque os lugares em que nossos corpos são postos, a maior parte das vezes não são feitos para nós, são pensados e construídos para eliminar e expulsar todo corpo que se recusa a seguir um padrão colonial. O corpo negro é estruturalmente pensado como objeto de desejo sexual, mas não é corpo amado, é voz bonita de ser ouvida quando se está cantando, mas não quando grita e suplica para que aqueles que ama vivam, tenham vida. Tem pele bonita e desejada, mas não lhe é permitido envelhecer porque a morte pode vir a qualquer momento. Mas esses espaços não são os únicos aos nos quais existimos e queremos ocupar, eles não são o todo que nos compõem , são a minoria no que diz respeito a nossa ancestralidade e vitalidade, porque os que vieram antes lutaram e deixaram suas vozes ecoando e lembrando-nos de quem somos e como somos. Esses espaços feitos para matar e que exterminam muitas vozes não são capazes de abolir a nossa força, alegria, cantos e dança, então a cada passo que dão para nos calar, outras muitas vozes dizem que existimos e vivemos, e estamos PRESENTES!

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

Assis, M. D. P.; CANEN, A. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 123, p. 709-724, dez. 2004. Disponível em: . Acesso em: 12 maio 2023.

Bento C. "Branqueamento e branquitude no Brasil". In: CARONE, I.BENTO, C. (orgs.).Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

Carneiro, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Carvalhes, F. F; LEÒN CEDEÑO, A. A. Devir construtoras. Revista Espaço Acadêmico, novembro 2017. CASTORIADIS, C. As encruzilhadas do labirinto: os domínios do Homem. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

Cerqueira, D. Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: . ISSN 2764-0361. https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021.

Cedeño, A. L. Reflexões sobre autogestão e psicologia social comunitária na América Latina. Psi - Revista de psicologia social e institucional. v.1. n.2. Nov. 1999. Disponível em: http://www2.Ccb/Psicologia/Revista/Textov1n24.Htm. Acesso em: agosto. 2019.

Comissão de defesa dos direitos das mulheres. Violência contra as mulheres nas ruas cai durante a pandemia, mas aumenta dentro de casa Fonte: Agência Câmara de Notícias. Câmarados deputados, Instituto Datafolha, 20 ago. 2021. Disponível em: 65 https://www.camara.leg.br/noticias/797543-violencia-contra-as-mulheres-nas-ruas-cai-durante-a-pandemia-mas-aumenta-dentro-de-casa/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,ou%20sexual%20no%20%C3%BAltimo%20ano. Acesso em: 5 nov. 2021. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. COSTA, E. V. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. DE OLIVEIRA, C. Soares, E. SOARES, J. Pandemia escancara violência contra população negra. Abrasco, associação brasileira de saúde coletiva , Rio Grande do Sul, 20 abr. 2021. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/noticias/pandemia-escancara-violencia-contra-populaca o-negra-artigo-claudia-r-de-oliveira-elaine-o-soares-e-jaqueline-o-soares/58383/. Acesso em: 5 nov.2021.

Espinosa, B. (1677/1983). Espinosa – Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural.

Foucalt, M. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978. FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 47-71, 2004. Disponível em: Acessado em: 25 de Outubro 2021.

Godoy, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./abr. 1995a, p. 57-63.

Gohn, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v.16, n.47, p. 333-361, 2011.

Gohn, M.G. Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008.

Holanda, S. B. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. hooks, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. n. 16 , p. 193-210, 2015. Disponível em: 66 . ISSN 0103-3352. Acessado em 25 Outubro 2021.

hooks, b. Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021. hooks, b. Olhares Negros: raça e representação./ bell hooks; tradução de Stephanie Borges. 1. ed. São Paulo: Elefante, p 356, 2019.

Kilomba, G. Memórias de plantação: Episódios de racismo cotidiano/Grada Kilomba; Tradução Jess Oliveira - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, p.248, 2019.

Lansky, S., Souza, K. V. de ., Peixoto, E. R. de M., Oliveira, B. J., Diniz, C. S. G., Vieira, N. F., Cunha, R. de O., & Friche, A. A. de L.. (2019). Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. Ciência & Saúde Coletiva, 24(8), 2811–2824. https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017, acesso em 20 de agosto, 2023.

Lima, A. B. Um ensaio crítico sobre o racismo no Brasil. Revista Espaço Acadêmico, v. 18, n. 208, p. 83-93, 2018. Recuperado de https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43826.

Lima, A. B. LEON CEDENO, A. A. Neocolonização e violência: cirandando uma rede de saberes emancipatórios. Psicol. pesq., Juiz de Fora , v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2021 . Disponível em . acessos em 25 out. 2021. http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.29538. Mbembe, A. Necropolítica. Arte e Ensaios, (32), p.123-151, 2016.

Montero, M. Construcción del otro, liberación de sí mismo. Utopías y praxis latinoamericana, Caracas, Venezuela, 7, n. 16, p. 41-51, marzo. 2002. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ConstruccionDelOtroLiberacionDeSiMismo-2736947.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

Munanga, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, abr. 2004. Disponível em: . Acesso em: 13 agosto 2023. _____. Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? 67 Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 4, n. 8, p. 06-14, out. 2012. ISSN 2177-2770. Disponível em: . Acesso em: 13 maio 2023. _____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: . Acesso em: 13 maio 2023.

Paulilo, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. Disponível em:http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm. Acesso em: 06 de agosto de 2019. Piaget, J. Das moralische Urteil beim Kind. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976 [O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994].

Ribeiro, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; 2017.

Soares Lissandra Vieira; Machado, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017 . Disponível em . acesso em 01 jul. 2023. SEMPRINI, A. Multiculturalismo. Bauru: EDUSC, 1999.

Soares, F. A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. Fractal Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 118-126, abr. 2016. SOUZA, L.V. 'Não tem jeito, vocês vão precisar ouvir" Violência obstétrica no Brasil: construção do termo, seu enfrentamento e mudanças na assistência obstétrica (1970 – 2015). Tese (Doutorado em História das Ciências e de Saúde). Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2022.

Spink, P. K. . O pesquisador conversador no cotidiano. Psicologia & Sociedade, 20 (edição especial), 70-77, 2008.

Taylor, C. El multiculturalismo y "la política del reconocimento": ensayo de Charles Taylor. Comentários de Amy Gutmann, S. C. Rockefaller, M. Walzer y S. Wolf. Fondo de Cultura Económica: México, 1993. (Colección Popular).

Young. J. (2021). Em busca da feição real. Intrínseca, livro 5. 14 de maio de 2021.